

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**Faculdade de Direito**  
**Curso de Mestrado em Direito Público**

Economia de Comunhão: Uma  
nova etapa da globalização?

Sérgio Coe Timbó

**ECONOMIA DE COMUNHÃO:**  
**Uma nova etapa da globalização?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Mestrado em Direito Público da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Coe Timbó.

SÉRGIO COE TIMBÓ

Ac. 66162

T 331

T 583 e

R13830478

Fortaleza - Ce  
2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**Faculdade de Direito**

**Curso de Mestrado em Direito Público**

**Economia de Comunhão: Uma  
nova etapa da globalização?**

**Sérgio Coe Timbó**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Direito Público da Universidade Federal do Ceará para a obtenção do título de Mestre em Direito Político (Ordem Jurídica Constitucional), sob a orientação do professor Raimundo Bezerra Falcão (MD).

**Fortaleza - Ce.  
2003**

# “ECONOMIA DE COMUNHÃO: UMA NOVA ETAPA DA GLOBALIZAÇÃO?”



SÉRGIO COE TIMBÓ

Dissertação apresentada em 07 / 02 / 2003, com menção :

APROVADO

BANCA EXAMINADORA :

---

Prof. Raimundo Bezerra Falcão (Orientador) – Livre Docente  
UFC

---

Prof. Fabiano André de Souza Mendonça – Doutor  
UFRN

---

Prof. Idevaldo Barbosa da Silva – Mestre  
UFC

- FEVEREIRO / 2003 -

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo incentivo e por não me deixarem desistir do sonho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ter-me dado visão para no momento certo fazer a prova de seleção do mestrado e pela presença constante em todos os momentos de minha vida.

Aos meus pais, Deusdedit Camelo Timbó e Idelzuite Coe Timbó, pelo exemplo de vida.

Aos meus irmãos Denise Coe Timbó e Márcio Coe Timbó pela paciência e compreensão que tiveram comigo.

Ao meu orientador, Professor MD Raimundo Bezerra Falcão, pelo apoio e seguros ensinamentos.

Ao Professor MD Fabiano Sidou, pela orientação positiva e precisa.

Aos professores do Mestrado pelas preciosas lições de vida.

À Celina, Cláudia e Marilene, alma e coração do Mestrado, pelo apoio dado nos momentos difíceis.

À Ludimila pelo carinho, incentivo e apoio.

## RESUMO

Este trabalho pretende realizar uma crítica aos principais modelos econômicos da história e apresentar uma alternativa a eles: A Economia de Comunhão. Para tanto, ele será dividido em duas partes. A primeira parte conterà uma visão crítica dos dez principais modelos econômicos da História: o modelo grego, o modelo romano, o modelo feudal, o modelo mercantilista (com as variações espanhola-metalista, francesa-industrialista, inglesa-comercialista, alemã-intervencionista e fiduciária), o modelo da escola fisiocrática francesa, o modelo liberal de Adam Smith, o modelo Marxista, o modelo Bolchevista, o Modelo Keynesiano e o modelo neoliberal. Na segunda parte é que será analisado o tema Economia de Comunhão. Foi adotada esta perspectiva porque cremos que há uma razão histórica para a Economia de Comunhão existir: ela é uma resposta ao fracasso dos dez modelos anteriores em oferecer um modelo de desenvolvimento sustentado para a humanidade. Nesta segunda parte preocupamo-nos em, de maneira didática, expor a evolução da Economia de Comunhão, a sua origem, sua conceituação, suas características, exemplos que demonstrem que ela já é uma experiência vivida por muitos, a distribuição nos diversos continentes, compará-la com uma experiência similar- a Economia Solidária e procuramos estabelecer uma ligação entre o direito e a Economia de Comunhão. A Economia de Comunhão é uma experiência que, pela transformação espiritual dos membros da empresa, das relações de trabalho, do conceito de lucro e do papel social da empresa pretende oferecer uma alternativa ao modelo neoliberal, valendo-se do que há de melhor no capitalismo- o seu espírito empreendedor e oferecendo uma opção ao que ele tem de pior -seu individualismo exagerado. Junte-se a nós para conhecer esta nova utopia.

## ABSTRACT

This work intend to realize a critic to the principals economic models of history and to present na alternative to them: The Economy of communion. For that, it will be divided in two parts. The first part have a critic vision of the ten principals economics models of history: the Greek model, the Rome model, the feudal model, the mercantilist model( with his various Spanish-metalist, French-industrialist, English-comercialist , German-intervencionist and fiduciary), the model of the French Fisiocratic school, the liberal model of Adam Smith, the Marxist model, the bolchevic model, the Keynesian model and the neoliberal model. At the second part will be analised the theme of this work –the Economy of Communion. This perspective had been adoted because we believe that exist a historic reason for the Economy of Communion exist: It is an answuer to the failure of the ten anteriors models in offer a model of support desenvolviment for mankind. In the second part we worry in, a didatic way, to show the evolution of Economy of Communion, his origin, his concept, his characteristics, examples that show that the Economy of communion already is practise for many, the numbers in the word, a comparation with a similar experience- The Solidary economy and a link between the right and the Economy of communion. The Economy of Communion is an experience that, by the espiritual evolution of the members of the company, the relation works, the concept of gains and thr social paper of the company intend to offert an alternative to the neoliberal model using the best of capitalism-his enterprising spirit and offering an alternative to his dark side –the excess of individualism. Join us to know this new utopia.

## SUMÁRIO

"Duas coisas me enchem de espanto: o céu estrelado sobre a minha cabeça e a lei moral dentro de mim".

Kant

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1	
EVOLUÇÃO DA TEORIA ECONÔMICA	9
1.1 Grécia.....	9
1.2 Roma.....	13
1.3 Idade Média.....	14
1.4 Mercantilismo.....	18
1.5 Escola Fisiocrática Francesa.....	24
1.6 Liberalismo de Adam Smith.....	27
1.7 Socialismo de Karl Marx.....	31
1.8 Bolchevismo e socialismo na URSS.....	36
1.9 Keynesianismo.....	38
1.10 Neoliberalismo.....	40
CAPÍTULO 2	
ECONOMIA DE COMUNHÃO	42
2.1 Visão crítica do pensamento econômico: Porque necessitamos de uma Economia de Comunhão.....	42
2.2 Origem.....	46
2.3 Conceito.....	46
2.4 Características.....	49
2.5 Exemplos práticos.....	56
2.5.1 Mariápolis Araceli.....	58
2.5.2 Eco-Ar.....	60
2.5.3 Policlínica Ágape.....	60
2.5.4 FENAQ.....	61
2.5.5 Loppiano Pizzaria.....	62
2.5.6 Banco Kabayan.....	63
2.5.7 A Argentina e a Economia de Comunhão.....	66
2.6 A Economia Solidária X A Economia de Comunhão.....	68
2.7 O Direito e a Economia de Comunhão.....	75
CONCLUSÃO.....	77
BIBLIOGRAFIA.....	80

## INTRODUÇÃO

O mundo de hoje assusta. O maior fantasma dele é o desemprego: três bilhões de seres humanos não estão vivendo em condições dignas. Como chegamos a esse ponto? Existem alternativas ao desemprego, após o fracasso das utopias socialistas que prometeram o pleno emprego? Como empregar tantos se a indústria, em face dos últimos avanços tecnológicos na área da informática e da robótica, tornou cada vez menos necessária a presença humana principalmente nos setores industrial e agrícola?

O objetivo deste trabalho é buscar entender um pouco mais sobre um tema novo que, se bem trabalhado, pode apresentar uma nova perspectiva, uma nova esperança para a humanidade: a Economia de Comunhão.

Dividimos nossa pesquisa em três partes.

Na primeira parte procuramos expor as principais correntes do pensamento econômico da história. Analisamos os modelos grego, romano, feudal, mercantilista, fisiocrático, liberal, marxista, bolchevista, keynesiano e neoliberal.

O primeiro modelo é o grego. Na exposição procuramos demonstrar que a Grécia não formou uma escola do pensamento econômico como aquelas que conhecemos, mas nela foram criadas três correntes do pensamento econômico que influenciaram o pensamento moderno – as correntes socialista, intervencionista e liberal.

Em segundo lugar analisamos a contribuição romana. Verificaremos a preciosa lição que o excesso de intervencionismo na economia pode nos ensinar.

Em terceiro observamos o ressurgimento da cultura econômica, ocorrido após alguns séculos de obscuridade, bem como as idéias de justo preço, justo salário, justa remuneração e o princípio das mutações monetárias.

Em seguida estudamos a força das idéias mercantilistas – do metalismo (nas suas cinco versões – espanhola, francesa, inglesa, alemã e fiduciária) e do

pacto colonial.

Depois, o estudo da primeira escola do pensamento econômico – a Escola Fisiocrática – e a visão da sociedade como um organismo vivo e dinâmico.

Seguimos com a visão de Adam Smith sobre a riqueza das nações, sobre liberdade e sobre paz.

Adiante, a reação socialista de Karl Marx aos abusos que o sistema capitalista havia causado contra os trabalhadores e uma alternativa ao sistema vigente – o socialismo.

Após, apresentamos a primeira experiência socialista, que foi o bolchevismo da U.R.S.S e a sua diferenciação do Marxismo.

Seguimos com a reação capitalista ao socialismo, o intervencionismo, sob as idéias de seu mais ilustre defensor Jonh Maynard Keynes, para finalmente estudar o neoliberalismo, uma experiência que ainda está vigorando e representa o pensamento econômico atual.

Na segunda parte do trabalho fazemos então a apresentação de uma visão crítica do exposto e justificamos a necessidade da Economia de Comunhão. Preferimos começar por uma visão histórica, pois, acreditamos ser importante demonstrar que a Economia de Comunhão é fruto de um processo evolutivo. Sem esta perspectiva histórica julgamos falho o nosso estudo.

A seguir, conceituamos e caracterizamos o tema. Demonstramos exemplos práticos para que se perceba que a experiência da Economia de Comunhão já está sendo implementada e é viável, quando, então, traçamos um paralelo com outra experiência que procura também desenvolver a ética na economia – a Economia Solidária.

Mostramos por fim, de maneira breve, a possibilidade de o Direito ajudar a Economia de Comunhão e concluimos traçando perspectivas e despertando para a importância do tema.

## CAPÍTULO 1

# EVOLUÇÃO DA TEORIA ECONÔMICA

Ao escrever sobre Economia de Comunhão é importante e indispensável esclarecer porque ela é necessária. Isto só será possível se, de maneira breve, porém segura e didática, discorreremos sobre as principais doutrinas econômicas, oferecendo uma visão geral do assunto. Além da visão histórica, necessário se faz estabelecermos alguns conceitos básicos sobre economia, crescimento econômico e desenvolvimento que, apesar de inter-relacionados, são conceitos diversos.

Este trabalho de fundamentação é necessário para se apresentar um trabalho firme e sólido.

### 1.1 Grécia

Como é impossível estudar todos os períodos que contribuíram para a história econômica sem uma perda do objetivo do trabalho – a Economia de Comunhão – escolheremos aqueles que podem ser considerados relevantes para entender a história do pensamento econômico.

O primeiro momento a ser analisado é o ciclo grego. Algumas correntes elaboradas na antiga Grécia foram fundamentais para a formação das principais doutrinas que definiram o mundo moderno: o liberalismo econômico, o socialismo e o intervencionismo. Vejamos como esta contribuição desenvolveu-se.

A expansão comercial grega foi consequência de certos fatores, pois, dos séculos XII a VIII a.C., a atividade econômica era apenas doméstica. Contudo, foi no século V a.C. – a era “Homérica” – e, no período seguinte, a era “Helênica” (dos séculos IV e III a.C.) que a atividade econômica floresceu.

O solo grego, pobre para a agricultura, o diminuto território da Grécia neste período e o excesso de população levaram a expansão grega para o norte e o sul da Europa, rumo à Ásia, em busca de produtos e mercados (em primeiro plano) e

aquisição de terras (como segundo objetivo).

Apesar dessa expansão não houve o florescimento de um pensamento econômico intenso, mas, sim, a elaboração de idéias econômicas incompletas, soltas, insuficientes para formar as escolas de pensamento econômico que vimos surgir, muitos séculos após o início da era Cristã.

Os fatores que provocaram o florescimento do pensamento filosófico grego sufocaram a elaboração de grandes doutrinas econômicas.

O primeiro motivo foi que o modelo civilizacional grego era formado de cidades-estado, sendo as mais famosas Atenas e Esparta e, em ambas, apesar das diferentes filosofias de vida, dominava a idéia de que o bem-estar geral deveria prevalecer sobre a felicidade individual; enfim, como a economia é fundamentada nos princípios opostos (da satisfação pessoal e do acúmulo de riquezas) não dispunha de campo fértil para ser cultivada.

O segundo motivo, outro bloqueador da economia de mercado na Grécia, foi a idéia de igualdade. A ética grega era firmada no princípio de que todos eram iguais (os homens livres). Acumular riquezas importa desigualdades. São duas idéias difíceis de conciliar. Prevaleceu a primeira, na Grécia.

O último motivo foi o desprezo à riqueza, uma conseqüência dos dois primeiros (idéias de prevalência do geral sobre o particular e da igualdade).

O homem vivia em prol da cidade. Havia a igualdade entre os cidadãos livres. O culto das idéias era estimulado, mas não a posse do ouro e da prata e nem os empréstimos a juros. Quatro lotes de terra era quanto cada cidadão podia possuir, caso recebesse mais em virtude de herança, precisava entregá-la ao Estado. Em um ambiente assim, havia espaço para o comércio, mas não para evolução do pensamento econômico. Apesar disso, como já dissemos, três correntes surgiram: a individualista, a socialista e a intervencionista.

Pode-se dizer que, ao contrário do mundo moderno, na era grega, o pensamento individualista representava uma oposição às idéias de igualdade e da prevalência da "pólis" (cidade) sobre o indivíduo, pois, pregava o predomínio do indivíduo sobre o Estado, o acúmulo de riquezas, o trabalho assalariado e o combate ao intervencionismo estatal. O individualismo tem nos sofistas Hípias e

Protágoras grandes defensores.

A segunda corrente, muito influenciada por Platão (427 – 347 a.C.) foi o socialismo. É importante esclarecer que esta versão do socialismo difere daquela proposta por Karl Marx. Em dois momentos de sua vida, em obras diferentes, Platão refere-se ao socialismo. O primeiro, na obra “*A República*”, Platão descreve um socialismo dirigido aos homens livres de sua época – os guerreiros e os magistrados – pois, os demais, os comerciantes, artesãos e escravos encontravam-se fora do limite de seu projeto.

E Platão foi radical na defesa de seu ideal de construção de uma sociedade grega, pois, acreditava que tudo deveria ser compartilhado: mulheres, filhos e bens. Era o comunismo absoluto.

Esta igualdade tão ferrenha entre os homens livres da sociedade grega foi atenuada, futuramente, pelo próprio Platão que, mais sábio, mais maduro, na obra “*Leis*” já não mais fala em “comunismo absoluto”, mas em “apropriacionismo” ou “participacionismo” (partagisme), ou seja, a um programa de partilha das terras em pequenas propriedades, de idênticas dimensões, concedendo a cada homem livre a oportunidade de ser delas proprietário.

Além do individualismo e do socialismo, uma terceira corrente de idéias, que não chegou a formar propriamente uma escola do pensamento econômico, surgiu no mundo grego, tendo em Aristóteles (384 – 322 a.C.) seu mais ilustre defensor: o intervencionismo.

Na obra “*Política*” este fez severas críticas ao modelo comunista proposto por Platão, afirmando que, se o comunismo fosse o melhor regime, de há muito ter-se-ia realizado. E, vai mais longe ao afirmar que seria impossível extinguir a família e a propriedade, pois, tais idéias estavam tão arraigadas na psiquê humana que já não seria mais possível eliminá-las.

Dividiu a economia em duas. A primeira, a crematística natural, a economia doméstica. A segunda, a crematística não natural, a economia mercantil. Defende a primeira e condena a segunda, tecendo severas críticas ao conceito de lucro.

Paul Hugon (1955), no livro “*História das doutrinas econômicas*”,

transcreve que correntes modernas foram influenciadas pela idéias de Aristóteles:

*“– Os fisiocratas, no século XVIII, delas se servirão para distinguir comércio de tráfico;*

*– Carey as retomará no século XIX, conferindo-lhes uma posição fundamental em suas teorias;*

*– Karl Marx usará a distinção aristotélica e, na sua ‘Crítica da Economia Política’, de 1859, examinará separadamente a ‘economia simples’ e a ‘economia capitalista’, e tal distinção ocupará lugar de destaque em sua obra;*

*– Modernamente, no século XX, falará Charles Bodin, acompanhando a distinção aristotélica em economia simples e economia privada” (Hugon, 1995:38).*

Entender a economia é compreender a sua evolução como um processo sujeito a revezes, lento, porém contínuo, de evolução, na busca de uma vida melhor.

O objetivo da economia é o lucro, e este foi estabelecido porque o homem observou, sentiu que precisava de satisfação com o processo de trocas. Para facilitar as trocas e aumentar esta satisfação, ou seja, o lucro, ele instituiu a moeda. Na sua forma inicial, apenas como moeda-mercadoria (o gado era utilizado como meio de troca na era homérica), evoluindo para ser um instrumento necessário ao crescimento econômico.

A moeda que mais tempo circulou no mundo foi a grega, o “dracma”, perdurando até o ano 2002, quando foi substituída pelo “euro”. Esta é uma longevidade que não poderia deixar de ser anotada neste trabalho.

Finalizamos esta parte esperando ter demonstrado que, se os gregos não escreveram um grande tratado sobre economia ou não criaram uma grande escola de estudos do pensamento econômico, isto se deve pelo modelo de sociedade que adotaram. Este buscava a evolução do homem dentro da sociedade, da igualdade entre os “homens livres”, da prevalência do geral sobre o particular, modelo que permitiu, sim, o florescimento da filosofia, a grande e eterna contribuição grega à humanidade.

Se os gregos, pela filosofia, contribuíram construindo a casa do pensamento que guia o mundo moderno e inspira nossos mais famosos autores, na economia, estes tiveram uma influência marcante: ajudaram a fazer o alicerce que sustenta a casa econômica com idéias que influenciaram o pensamento econômico moderno, daí a sua menção neste trabalho sobre economia.

## 1.2 Roma

Considerada por muitos séculos a capital do mundo, com intensa atividade comercial, no campo econômico das doutrinas Roma não foi original, pois não é possível encontrar um *“pensamento econômico geral e independente”* (Hugon, 1995:40). Se a Grécia foi a mãe do pensamento filosófico moderno, Roma brilhou pelo aspecto político.

Os romanos, apesar de no início de sua história como nação terem tido atividade econômica intensa, buscaram a dominação militar e política como objetivo principal de sua sociedade, ao invés da simples acumulação de riquezas. À medida que ampliava suas fronteiras, Roma buscava que suas províncias produzissem para atender às suas necessidades: *“O romano é consumidor, mas não quer ser produtor”* (Hugon, 1995:41). Para este, a economia era um instrumento a serviço da política de dominação do império e nada mais.

Com exceção de uma fase liberal, de curta duração, desde a sua fundação (753 a.C.) até o apogeu da República (2ª Guerra Púnica) e por todo o Império, que caiu com a invasão dos bárbaros (476 d.C.) predominou a intervenção na economia.

Segundo Hugon (1995):

*“A partir da fundação de Roma (753 a.C.), através de todo o período da realeza até o apogeu da república (por volta da 2ª Guerra Púnica), ficou a economia subordinada, sobretudo, à intervenção do grupo e da cidade. Mas na era da expansão romana para fora da Itália, assiste-se a uma fase de economia individual, de tendência liberal. As trocas internacionais constituem, então a razão de ser da economia romana, tal como se dera com a Atenas vitoriosa e, modernamente, com a Inglaterra do século XIX. Foi com grande acerto que Jean Bodin em sua “República”, comparou esta atividade (que carregava para Roma os tesouros do mundo de Alexandre) à Renascença, abastecendo a Europa com as riquezas do novo mundo.*

*Mas a fase liberal é de curta duração. Com o advento da restauração – cujo apogeu é assinalado pelo século de Augusto – e, posteriormente, do alto e do baixo Império e afinal, com a invasão dos Bárbaros (476 a.C.) e conseqüentemente queda do Império Romano, a economia autoritária e dirigida passou a ser a regra. Tal como sucedera com a antigüidade grega, foi o intervencionismo que, quer nos feitos, quer nas doutrinas, predominou na Roma antiga. E foram esses aspectos do intervencionismo, em política e em doutrina, que então melhor caracterizaram a evolução econômica desse período da Antigüidade, considerada em seu conjunto. Não esqueçamos, contudo, que, neste mundo romano, o indivíduo encontrará sua força na obra dos juriconsultos, ao mesmo tempo em que a pessoa humana afirmara o seu valor através de cristianismo”* (Hugon, 1995:44).

Portanto, com base nestes pensamentos podemos concluir que a contribuição romana para a história da economia é dupla.

A primeira como um alerta: o perigo do intervencionismo sobre a economia; a segunda, ao contrário da primeira, foi positiva para a construção do direito de propriedade privada (direito civil), e da sistemática do direito das obrigações ajudando assim a elaborar os fundamentos essenciais do individualismo.

Citando como exemplo da primeira contribuição, temos o mercado de cereais romano, regulado por excessivas e protecionistas leis como a Lei Semprônia (123 a.C.) (que previa a distribuição de cereais com preços abaixo do mercado, pelo Estado) e a Lei Aureliana (270 a.C.) (estabelecia a distribuição direta de pães pelo Estado). Estas demonstraram quão prejudicial à economia de um país tal postura pode vir a ser. Hugon (1995) assinala suas conseqüências:

- *Do ponto de vista das finanças públicas, concorrem para aumentar o déficit orçamentário;*
- *Do ponto de vista social, encorajar a plebe à indolência e serviu de incentivo a inúmeras fraudes;*
- *Do ponto de vista econômico, constitui uma das causas mais prováveis da decadência da agricultura itálica e sobretudo, acarreta a regulamentação total da economia romana”* (Hugon, 1995:42).

É ainda Paul Hugon quem diz:

*“Sua influência doutrinária não se fazia sentir imediatamente na economia política, será necessário que os sábios da renascença descubram os seus trabalhos para que, no século XVIII, e somente então, apoiando-se nessas bases romanas, se desenvolva o liberalismo através das escolas fisiocrática e clássica”* (Hugon, 1995:43)

Para o autor esta é a síntese da contribuição para a doutrina do individualismo dada pelos jurisconsultos romanos.

### 1.3 Idade Média

No decorrer deste trabalho podemos observar que a criação de uma teoria sobre economia (ou teorias sobre economia) é um processo lento, porém, aparentemente evolutivo, pois, os romanos absorveram o pensamento econômico grego e buscavam evoluí-lo.

A História, em qualquer de seus aspectos não é apenas contínua, pode estar sujeita a interrupções. Ciclos podem terminar e terminam, caso os motivos que

levaram a sua criação cessem de existir.

O que distingue o homem do animal são os princípios, os valores morais. Quando uma civilização abre mão deles, cedo ou tarde, ela cai. E foi o destino do Império Romano. A luz que iluminou o mundo por quase 800 anos (753 a.C. até 476 a.C.), Roma sucumbiu à degradação moral, a corrupção e ao despreparo do seu exército. frente às invasões bárbaras (os romanos consideravam bárbaros todos os povos que não eram províncias do Império). De repente, o comércio foi interrompido, o centro do poder deslocou-se das cidades para o interior, para os castelos. Foi o momento da elaboração do feudalismo, regime que ocuparia o vácuo deixado pela ausência do Império Romano.

O sistema feudal tinha como base a propriedade de terra, o seu dono, o senhor do castelo era o barão. Sobre a sua proteção ficavam os servos, que exploraram a terra em seu nome, dispondo de uma parte da colheita para consumo próprio.

O comércio era mínimo. O lucro estava banido da Europa pela moral cristã, que, de religião perseguida (o cristianismo), tornara-se a principal religião do Império Romano, sobrevivendo à sua queda.

O estudo das ciências fôra banido da Europa. O conhecimento científico sobreviveu no Oriente Médio e nos mosteiros (onde poucos tinham acesso a ele e sendo este, inclusive, sujeito à forte censura da Igreja católica). Era um período em que a Europa estava fragmentada em reinos, sem uma unidade política e sem uma ordem econômica coerente. Enfim, foi um período difícil da história.

Nenhuma noite porém é eterna. Após a noite vem sempre o dia. E assim ocorreu. No início do século XI, o comércio recomeçara. Surgiram os burgos, locais onde este era praticado longe dos olhos da Igreja católica. Nos burgos, os comerciantes valeram-se do dinheiro dos nobres para retomar esta prática. Como os burgueses não prestavam satisfação das operações comerciais realizadas com os nobres, enganavam a estes e acabavam enriquecendo e comprando a liberdade dos burgos. Os nobres, por sua vez, temiam a censura e castigos da Igreja católica, que poderia até mesmo leva-los à excomunhão.

Os burgos evoluíram e, do exemplo destes surgiram as feiras, que foram

responsáveis pela reativação do comércio inter-regional, com destaque para as feiras de Flandres, de Champagne e de Beaucaire, que deram origem ao capitalismo moderno.

É o início de um período de reativação da economia, que, com as Cruzadas cristãs, a partir de 1096, para libertar a cidade-santa de Jerusalém do domínio turco (Império Otomano), propiciaram a retomada do intercâmbio entre o ocidente e o oriente, interrompido com a queda do Império Romano do Ocidente.

Que se ressalte a importância da Idade Média como o período de organização do comércio regional, porém, havia características peculiares deste período da História. Se na Grécia a filosofia prevaleceu sobre o comércio, em Roma a política sobrepujou e controlou a atividade comercial; neste período, a moral prevaleceu sobre a economia.

Compreender a atividade comercial neste período é entender os princípios do equilíbrio, da moderação e das mutações monetárias. Vamos, pois, analisá-los.

O primeiro a ser estudado é o princípio da moderação. Este seria aplicado à propriedade, instituição que, na Idade Média, deveria ser vista sob os prismas individual e social.

O conceito de propriedade é herança do Direito Romano, porém, não é mais absoluto como era neste período da História. O equilíbrio no uso de propriedade entre o individual e o social é a base do princípio. Ora, o homem deveria buscar a propriedade para o seu deleite, como um fruto do trabalho (prisma individual), porém seu uso deveria ser moderado, não podendo nela praticar atos que viessem a ferir as regras sociais ou a sociedade.

Observa-se que o princípio da moderação buscava no uso da propriedade, o meio termo entre o individual e o social, a raiz da idéia de função social da propriedade, tão estudada atualmente no Brasil.

O próximo princípio é o do equilíbrio. A idéia principal dele era que "a troca deve ser justa". E o necessário para que isto ocorresse seria o equilíbrio na produção através do pagamento de um salário que permitisse ao trabalhador sustentar a sua família com dignidade, ou seja, que houvesse a presença de um

salário justo. E para que fosse possível este salário justo seria preciso vender o produto por um preço que permitisse ao produtor uma margem digna de lucro.

E, a esta margem digna de lucro, que não ferisse a moral cristã, que não fosse exorbitante, que fosse originária do equilíbrio existente entre a utilidade do serviço, da aplicação da inteligência e do trabalho empregado seria chamada de justo lucro.

Se fosse vendido o produto por um preço justo, através de uma margem justa de lucro e do pagamento de um salário justo a quem produziu, teríamos então o princípio do equilíbrio.

O princípio da moderação visava regular o homem em face da propriedade e o princípio do equilíbrio buscou o ponto equidistante entre o justo salário, justo preço e o justo lucro.

Por fim, o princípio das mutações monetárias que analisava o papel da moeda. Esta era um instrumento através do qual o rei controlava a sociedade, valendo-se dela como bem entendesse, ao tempo do regime feudal. O princípio gerou reações, Nicolau Crésme (bispo de Lisieux e conselheiro do Rei Carlos V) foi um dos pensadores da Idade Média que se rebelava contra esta manipulação da moeda pelo rei, pelos riscos à economia que tal interferência provocava.

Paul Hugon (1995) bem traduziu esta visão crítica do grande escolástico:

*"§ 1º Contestação da legitimidade das mutações monetárias.  
Para tal fim, parte Crésme do estudo da natureza e origem da moeda. Seu pensamento se aproxima muito, nesse terreno, do de Aristóteles. Foi ele, aliás, quem primeiro traduziu, para o francês, a 'Moral' e a 'Política'. Mostra o valor do cunho apostado à moeda. Esse cunho indica tanto a qualidade da peça monetária quanto seu peso. Todos aceitam essa garantia prestada à vista e, assim são facilitadas as trocas. Essa confiança provém do fato de ser o rei quem imprime seu cunho à moeda. Mas, tendo a moeda se transformado em instrumento de trocas, passou a pertencer aos agentes dessas trocas, isto é, aos comerciantes e a coletividade. Por conseguinte, caberá à comunidade, e não ao rei, o direito de decidir da conveniência, ou não, de se lhe alterar o valor. A mutação não pode, portanto, legitimar-se por um pretense direito de propriedade do soberano sobre a moeda [...]. O soberano deve, na defesa do seu interesse privado, levar em consideração o interesse geral, da mesma forma que, nas suas atividades econômicas deve o simples particular, em sua consciência ter sempre em vista o interesse social" (Hugon, 1995:55).*

Para muitos à Idade Média foi um período de trevas, mil anos de obscuridade, onde a Europa mergulha no misticismo, despreza o comércio, renega

as ciências e divide-se em castas. Será que foi apenas isto? Será que as trevas não foram provocadas no período anterior, pelo Império Romano, de maneira tão intensa que aqueles que viveram à época só tiveram uma escolha: renegar a devassidão e o excesso de intervencionismo abraçando à nova religião – o cristianismo – como o caminho para a salvação da civilização que se encontrava ameaçada de ruir?

A verdade é que o mundo surgido posteriormente à Idade Média e como consequência imediata desta, era bem mais complexo.

O comércio e o lucro, conceitos tão combatidos, retornaram ao cenário, só que reformulados e amparados pelos princípios da moderação e do equilíbrio.

Ora, foi um avanço quanto ao período anterior, pois neste o direito de propriedade era absoluto. Pela primeira vez havia uma preocupação em equilibrar o individual e o social, fruto da doutrina cristã. Já não se tratava mais de um período onde a cidade ou o Estado era o centro da vida, mas em um momento onde o indivíduo era valorizado, onde o trabalho começava a substituir a escravidão. Era o início de um novo período da História: o renascimento.

#### **1.4 Mercantilismo**

Se é bem verdade que a Idade Média (416 d.C. a 1453 d.C.) trouxe a “paz cristã”, em substituição a “paz romana”, restaurando a dignidade do ser humano tão perdida na devassidão em que se transformou o Império Romano, a Idade Média com o tempo cometeu abusos.

Em toda a Europa, a Santa Igreja Romana decidia tudo o que era possível fazer, ler ou estudar. Isso ocorreu paulatinamente pois, de religião perseguida, onde seus membros eram atirados aos leões, até o momento de se tornar a religião oficial do Império, foram necessários séculos.

O comércio, a alternativa à guerra (como assim o definiam os antigos comerciantes chineses e hebreus) fora algemado por leis que proibiam o lucro. Somente com os burgos, as feiras, as cruzadas, as grandes descobertas náuticas e as reformas protestantes de Lutero e de João Calvino esta situação veio a se modificar.

Foi um momento único da história pois representa o ressurgimento do

espírito aventureiro e investigativo humano. Graças a indivíduos como Leonardo da Vinci, Miguelangelo, Rafael Ticiano a ciência foi restaurada, ocorreu a redescoberta do pensamento filosófico grego e romano, as artes foram estimuladas, enfim foi um período de efervescência cultural.

Nesse "renascimento" teve de súbito a Europa a clara visão de suas forças e destino: com a ciência perfeita do seu querer e do seu ideal, formulou nitidamente o que podia e o que devia fazer, pelo nome de "humanismo", que lhe resume a obra eterna e a própria essência de sua energia.

E não é apenas o espírito humano que é "renovado". O Estado nacional também. À transformação cultural, segue-se a transformação política. O feudalismo foi substituído pelo Estado moderno. Da descentralização fundamentada na posse da terra passaremos à centralização monárquica. É o fim de uma era e o início de outra.

Decerto que os Estados nacionais existiam ao tempo do feudalismo, contudo, a característica maior destes foi a ausência de uma política nacional. O poder estava dividido entre os príncipes, a nobreza, o clero e, mais tarde entre burguesia. A burguesia, com a ascensão que teve, provocada pelo enriquecimento proveniente do comércio, percebeu no rei um aliado e, assim, ajudou-o a sobrepor-se politicamente às forças descritas (nobreza, clero e príncipes). E a separação posterior entre a Igreja e Estado, apesar da presença forte na sociedade da época da Santa Inquisição (representante maior da Igreja Católica para controlar a "boa conduta" dos cristãos), só serviu para ajudar a criar o mercantilismo.

A separação entre Igreja e Estado, o renascimento do pensamento científico e a reforma promovida por João Calvino (que defendeu o individualismo e a atividade econômica e reabilitou o empréstimo a juros e o lucro) poderiam ser fatos passageiros se não fosse a conquista da América.

Esta descoberta mudaria tudo. E a economia também foi afetada por ela. De repente havia novas terras a serem exploradas, uma alternativa ao continente europeu. E era uma terra rica, tanto em animais, como em vegetais, em solo ou em cultura (e em metais preciosos) que, infelizmente, quase foi destruída pela arrogância dos europeus.

O modelo mercantilista deve muito à descoberta do novo mundo. Paul Hugon (1955), bem descreve a importância da descoberta da América para o sistema mercantilista:

*“A transformação geográfica foi talvez o fenômeno mais importante. O afluxo de metais preciosos, a que dá origem, vai – numa Europa modificada pelas transformações intelectuais e políticas [...] – determinar duas conseqüências essenciais para o pensamento econômico: o desenvolvimento de idéias interessantes sobre a moeda; a possibilidade de elaboração da concepção metalista, base dos sistemas mercantilistas”.* (Hugon, 1995:64).

A principal idéia da era mercantilista tinha um cunho quantitativo. Acreditavam os mercantilistas que, quanto mais metais preciosos dispusesse um país mais próspero este seria – era a idéia metalista.

O metalismo nos séculos XVI e XVII predominou e seus defensores viam como fenômenos similares a riqueza e a quantidade de metal precioso que um país possuía. A Espanha era o exemplo que todos destacavam.

Pode-se dizer que foram cinco os principais sistemas mercantilistas: o espanhol (metalista), o francês (industrialista), o inglês (comerciante), o alemão (cameralista) e o fiduciário. Posteriormente discutiremos sobre eles. Antes, contudo, destaquemos as principais idéias do metalismo:

- 1º – Ouro e prata, para os metalistas, eram a riqueza, a sua melhor expressão. Quanto mais um país dispusesse deles, mais rico seria.
- 2º – As riquezas metálicas eram as mais valiosas pois Locke considerava o seu caráter de durabilidade como uma fonte de segurança, não *“correndo o risco de ser consumido ou dissipado”*.
- 3º – *“O dinheiro era necessário para se fazer a guerra”*, defendia Montchrétein, no seu *“Traité d’Economie Politique”*, publicado em 1615.

De 1450 a 1750 o mercantilismo, como idéia econômica, prevaleceu. Cinco foram as suas formas, como descrevemos anteriormente (espanhola, francesa, inglesa, alemã e fiduciária). É imprescindível conhecê-las, pois, sem elas o mercantilismo ficaria difícil de se compreender. E sem a compreensão do mercantilismo, este nosso esforço de apresentar as principais idéias do pensamento

econômico (não todas, pois, não teríamos como analisar o tema - a Economia de Comunhão) seria infrutífero.

O primeiro sistema mercantilista que devemos estudar é o espanhol ou “metalista” ou “bulionista”.

Ortiz, Botéro, Olivares, Serra e Mariana são seus principais representantes. Foi durante a fase “metalista” ou “bulionista” que a idéia do acúmulo de ouro e prata, como símbolos de riqueza e prosperidade, foi elaborada. Era preciso que uma nação tivesse um estoque suficiente destes metais para ser reconhecida e temida. E mais, o governo deveria estar presente na economia, intervindo, controlando a entrada de metais (ouro e prata) e proibindo a sua saída.

Tão intervencionista era o Estado mercantilista espanhol, que passou a controlar todos os contratos do país (Espanha) com outros países. Passamos da noção de “balança de contratos” para a noção de “balança de comércio”.

Como, no início do século XVI, Espanha e Portugal eram as grandes potências, países como a França e a Inglaterra ainda eram potências menores, contudo, não menos importantes. Acreditamos que a melhor expressão para definir o momento econômico que ambas viviam é a que está sendo muito utilizada hoje em dia: “países emergentes”.

A França, o segundo sistema mercantilista, divergia do sistema espanhol, pois, no século XVI, a França não tinha acesso ao ouro e à prata, descobertos na América. Buscava, então, obtê-los de maneira indireta, ou melhor, através da industrialização. Ela produzia produtos que Espanha e Portugal precisavam, que as adquiriam através do ouro das colônias.

Assim o modelo francês ficou conhecido como “industrialista” ou “cobertismo”, tendo com principais autores Jean Bodin, Montchrétien, Laffemas, Mallestroit, Le Biéque, Scipion de Grammont, Sully, Colbert, Pierre Clément e Richard Cantillon.

Este modelo era industrialista porque os referidos autores acreditavam que a indústria era uma fonte geradora de riquezas mais segura e estável do que a agricultura pois a sua produção era mais certa e regular já que os produtos industrializados tinham um valor comercial mais elevado, proporcionando, assim, um

acesso ao ouro e a prata do novo mundo.

Como acontecia no mercantilismo espanhol, o modelo francês também era marcado pelo intervencionismo estatal na economia, só que, neste caso, voltado para o desenvolvimento da indústria, com medidas que iam desde a fixação da taxa de juros até o estímulo ao crescimento demográfico, como uma forma de aumentar a população e por conseguinte, o número de empregados nas fábricas.

Já a Inglaterra procurou destaque em outra frente de batalha. Como era a grande potência marítima, tendo suplantado a antiga potência – a Espanha – dedicou-se a práticas comerciais, dando origem à forma mercantilista conhecida como “comercialista”, cujos principais detentores eram Sir Thomas Culpeger, Charles Davenant, John Lock e Sir James Stuart.

O grande desafio que os “comercialistas” ingleses encontraram foi convencer o Estado Inglês (leia-se monarquia inglesa) a permitir a entrada e saída de ouro e prata do país. Para tanto, alegaram dois motivos: o primeiro, de ordem prática, era que os índios preferiam comercializar valendo-se de ouro e de prata; o segundo, de ordem histórica, fora a importância destes metais para o desenvolvimento de Sidon, Tiro, Cartago e Alexandria.

Era a intervenção estatal voltada para o comércio, através da regulamentação da produção, da fiscalização e do controle das vendas no exterior. Ora, se a intervenção do Estado far-se-ia nos sistemas mercantilista espanhol, francês e inglês de maneira forte, no modelo alemão era muito maior. Também conhecido como “comercialismo”, o modelo alemão foi elaborado numa época em que existia uma série de principados, que ainda lutavam entre si, anterior, portanto, à unificação Alemã, que só veio a ocorrer muito após o final do período mercantilista, em 1848.

É possível observar que este modelo mercantilista também reflete o desejo dos pensadores alemães de ver uma Alemanha firme, unida. Daí a necessidade desta presença tão forte do Estado. Os principais mercantilistas alemães foram Johan Joaquim Becker, Pufendorf, Ludwiz von Seckendoff e James Heinrich von Justi. Este último foi considerado o grande autor mercantilista alemão. Tentou uma classificação das funções econômicas do Estado para distinguir os

princípios de uma política econômica. Buscou sistematizar as regras de tribulação, pregou a necessidade de simplificar a avaliação e o recebimento do imposto, acreditou ser necessário limitar as quantidades de taxas existentes e mostrou-se favorável a igualdade de todos diante do imposto.

A ausência de síntese no seu pensamento, bem como a falta de um Estado alemão unificado, impediram o sucesso de suas idéias, porém, não tiraram o mérito delas.

Um dos grandes desafios na vida é aprender com os erros. É difícil ser simples e reconhecer que o caminho que trilhávamos não era o certo, mas este é o melhor caminho a ser trilhado na vida.

Foi de um erro histórico que se tirou uma lição preciosa: a necessidade de estabelecer equilíbrio entre a moeda emitida e a quantidade de metal precioso a garanti-la.

Jonh Law, o principal autor da última fase do mercantilismo, a forma fiduciária, quando foi o Controlador Geral das Finanças do Reino, na França, após a sua nomeação em 1729, aprendeu esta lição. Este acreditava que o aumento da massa monetária provocaria o crescimento da riqueza do país. E, na melhor das intenções, assim procedeu. Porém como esta nova emissão não era acompanhada da garantia do lastro metálico, provocou desconfiança do mercado e uma elevação da inflação.

Além do metalismo, o mercantilismo destacou-se por outra idéia: a política colonial, também conhecida como "pacto colonial". Estas denominações são imprecisas pois pacto importa igualdade e esta igualdade não estava presente na relação que havia entre a Metrópole e a Colônia

No "pacto colonial" a metrópole tinha o monopólio do comércio da colônia. A colônia só podia comprar produtos elaborados pela metrópole, através de seus navios, os únicos que tinham permissão para adentrar o seu território. E também só podia vender as suas riquezas para a metrópole. Era uma situação injusta e que criava uma relação de dependência perigosa, conforme alerta Montesquieu nas suas cartas persas (Carta CXXI), quando faz escrever Usbek a Rhedi: *"Podem-se comparar os impérios a uma árvore, uma árvore cujos ramos longos sugam toda a*

*seiva do tronco, é destino dos heróis o arruinar-se na conquista de países que eles perdem rapidamente”.*

A grande vitória do mercantilismo foi a transição que este promoveu: passou-se da economia regional à economia nacional. Contudo, a visão unilateral do comércio como ganho de um e perda de outro (“*O lucro de um é o prejuízo de outro*”, expressa Montaigne em seus “Ensaio”) e o excesso das regras intervencionistas do Estado na economia podem ser vistos como pontos negativos desta fase do pensamento econômico. Em resumo: o mercantilismo não foi esquecido pela história, Keynes deu às idéias mercantilistas o devido respeito e valeu-se delas para fundamentar suas idéias.

### **1.5 Escola Fisiocrática Francesa**

Por causa dos excessos do mercantilismo, ora intervindo de maneira exagerada na economia, ora estabelecendo uma visão unilateral do comércio internacional, este começou a ser questionado.

Uma nova corrente do pensamento econômico estava nascendo e buscava inspiração no caminho oposto: a liberdade ao invés do intervencionismo. Era preciso intervir menos na economia, compreendê-la melhor, vê-la mais como ciência e menos como “arte” ou “experimentalismo”. Três reações ocorreram contra o mercantilismo:

- a) uma, de caráter científico, buscando compreender a economia como ciência;
- b) outra, de cunho liberal, questionando o intervencionismo excessivo estatal na economia, que se mostrava ineficaz; e
- c) uma última, individualista, que buscava resgatar a liberdade individual, abalada pela presença de um Estado onipotente demais.

Apenas em meados do século XVIII o fruto desta tríplice reação seria colhido através da criação do liberalismo econômico. Foram duas as escolas que originaram o liberalismo econômico. A Escola Fisiocrática, surgida na França, cujo representante maior era Quesnay e a Escola Clássica, de origem inglesa, que tinha em Adam Smith seu maior expoente.

A Escola Fisiocrática tinha o mérito de ser a primeira escola econômica. Criada na França, buscava compreender a economia, traçando uma explicação geral da vida econômica.

Versalhes, entre 1756 e 1778, foi o palco de reunião desta escola, cujos representantes, embuidos de paixão, fé e uma sincera crença na força da razão, buscaram explicar o ciclo econômico. O seu chefe era o Doutor Quesnay e seus principais representantes eram Mirabeau (o pai do tribuno da Revolução), Mercier de la Riviere (Conselheiro do Parlamento), o abade Baudeau, le Trousse (representante do Parlamento de Orleans), Dupont de Nemours (secretário da Escola) e Turgot (futuro ministro de Luís XVI). As principais idéias que surgiram neste período foram a de ordem natural e a de ordem providencial.

O que se pode entender por ordem natural? Para os fisiocratas, assim como a natureza segue leis naturais, a economia também seria regida por leis que surgissem naturalmente, pela prática espontânea da arte de comercializar, leis autênticas, frutos do desejo geral de ordem e não fruto da coação.

A sociedade, na versão fisiocrática, é composta de três classes: a produtiva (dos agricultores), a proprietária (dos donos dos imóveis) e a estéril (formada pelos que se dedicavam ao comércio, indústria, serviços domésticos e as profissões liberais).

Conforme a riqueza circulasse por uma dessas classes, tanto mais importante era ela. E esta circulação dos bens produzidos seguia um padrão equivalente ao de um sistema espontâneo, porém ordenado, como um organismo vivo, ou melhor, como o organismo humano.

Duas conclusões sobre este organismo chamado "economia" podem ser retiradas. A primeira, posta em destaque pelo "Tableau", diz que a circulação de riquezas não é fruto do acaso, está, portanto, sujeita a certas leis, das quais dependem os rendimentos individuais. A segunda, uma consequência da existência desta ordem econômica, movida por leis, foi elaborada pelo Doutor Quesnay, graças à sua formação médica.

Ora, a economia é um sistema, um organismo, com órgãos que atuam em conjunto, permitindo que o todo funcione, ela assim pode ser comparada ao

organismo humano. Equiparar o sistema econômico ao organismo humano, pode parecer simples, atualmente, contudo, não nos esqueçamos que até então ninguém havia realizado tal feito. Atribuir ordem onde antes havia apenas experimentalismo é um passo significativo, pois representa uma tentativa de superar a visão mercantilista da economia, como arte e experimentalismo. Portanto, um avanço significativo.

O erro na visão fisiocrática da economia não foi vê-la como um organismo, mas sim a importância demasiada que era dada à agricultura no ciclo econômico. Vejamos o grau desta importância, de maneira direta, no pensamento de Dupont de Nemours apud Hugon, 1995:

*“Quanto mais considerável for o produto líquido e mais vantagens houver em ser proprietário de terras, tanto maior o número de quantos dedicam despesas e trabalho para a criação, aquisição e melhoria das propriedades fundiárias; quanto maior o número daqueles que dedicam despesas e trabalho para a criação, aquisição e melhorar as propriedades fundiárias, tanto maior se estende e se aperfeiçoa a cultura; quanto mais se estender e aperfeiçoar a cultura tanto maior será o número de produtos anualmente consumíveis; quanto mais se multiplicarem os produtos consumíveis, tanto mais aptos estarão os homens a satisfazer seus desejos e maior, portanto, a sua felicidade” (Nemours apud Hugon, 1995:95)*

A agricultura apenas é que teria condições de gerar riqueza em maior volume que a riqueza consumida. Confundiram riqueza com valor, não observando a diferença entre ambos os conceitos. Não compreenderam a idéia de valor como interligada com a satisfação das necessidades do homem. Se tivessem procedido desta forma perceberiam que assim como a agricultura, também a indústria e o comércio geram utilidade e aumentam a utilidade das coisas.

Apesar dessas falhas, perceberam o valor do direito de propriedade e o estimularam. Para Mercier de la Rivière pode-se *“encarar o direito de propriedade como uma árvore cujos galhos são as instituições sociais que espontaneamente faz brotarem”* (Rivière apud Hugon, 1995:95).

E esta ordem natural da economia, com leis que surgiram espontaneamente pela prática comercial, não era fruto do acaso, mas sim do desejo de Deus que os homens fossem felizes. Era a ordem providencial, divina, gerando a ordem natural. Como diz Mercier de la Rivière apud Hugon (1995:96): *“As leis são irrevogáveis, emanam da essência dos homens e das coisas, são a expressão da vontade de*

*Deus*".

Esta crença em leis espontâneas a reger o ciclo econômico mostra o valor que os fisiocratas davam à liberdade. De nada lhes valia a propriedade sem o direito à liberdade; esta era essencial para o exercício do direito à propriedade.

A inovação que os fisiocratas trouxeram no campo fiscal deve ser destacada. Se a fonte de riqueza era a terra, o imposto deveria incidir unicamente sobre ela. Elaboraram então, um sistema de taxação direta e única da renda dos proprietários de terra, cuja interferência sobre os sistemas modernos pode ainda hoje ser observada, na preferência que estes dão ao imposto direto.

No campo político, defendiam o despotismo legal. O soberano devia fazer apenas a declaração das leis, ou melhor, torná-las conhecidas em função da ordem natural e não elaborá-las. A ordem natural sobrepunha-se ao despotismo arbitrário.

Ser a primeira escola econômica, assentar o direito de propriedade sobre a noção de utilidade social, propor um imposto direto e justificar e exaltar a liberdade econômica são as grandes contribuições da escola fisiocrática, uma reação direta contra os abusos do mercantilismo. Um passo importante para a elaboração da teoria liberal de Adam Smith.

## **1.6 Liberalismo de Adam Smith**

A Escola Clássica aparece simultaneamente à Escola Fisiocrática, na Inglaterra, em 1776, com a publicação por Adam Smith do livro "*A riqueza das nações*", um esforço revisionista do mercantilismo e da constituição de uma "Escola Econômica". Este esforço foi aperfeiçoado por Malthus e Ricardo e complementado por Stuart Mill, em 1848, que ao lado de Adam Smith constituíram os quatro grandes pensadores da "Escola Clássica", que ao contrário da "Escola Fisiocrática" (cujo desaparecimento se deu no início do século XIX), ultrapassa as fronteiras da Inglaterra, influenciando o pensamento econômico até os dias de hoje.

Concentramos nossos esforços, por uma questão didática, na análise do pensamento de Adam Smith, pois se não formos concisos, nos estenderemos demais na análise do pensamento econômico e pouco na Economia de Comunhão.

Adam Smith nasceu na Escócia, em 1723 e entre 1737 a 1740 cursou a Universidade de Glasgow, tendo em Francisco Hutcheson, seu mestre. Em seguida e até 1746 estudou em Oxford. Ensinou em Edimburgo e em Glasgow. Ali, em 1740, conheceu Hume, amigo que influenciou bastante seu pensamento.

Em Glasgow lecionava “Filosofia Moral”, ciência mais abrangente que a moderna sociologia, pois abarcava teologia, ética, jurisprudência, direito político e economia política. A necessidade de sintetizar todas estas disciplinas levou-o a publicar “*Teorias dos sentimentos morais*”, em 1759, onde defendia o sistema da moral da simpatia, que rivalizava com a moral utilitária de Bentham, trabalho que o retirou do anonimato, até a consagração definitiva com a “*A riqueza das nações*”, sua obra-prima. Infelizmente, morreu sem concluir o seu último projeto – uma síntese de todo o seu pensamento.

O trabalho era a fonte da riqueza para Smith, compreendido como “trabalho ajudado pelo capital”, ou melhor, atividade produtiva. Assim, valendo-se do trabalho reagiu contra a concepção mercantilista, que via no ouro a origem da riqueza e a agricultura como a fonte, devido ao apego excessivo dos fisiocratas à mesma.

O valor do trabalho, como o elemento que torna nações ricas ou pobres, mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas, fica claro já nas primeiras linhas da “*A riqueza das nações*”. Vejamos, pois, o seu ponto de vista:

*“Não se vêem, porventura povos pobres em terras vastíssimas, potencialmente férteis, em climas dos mais benéficos? E, inversamente, não se encontra, por vezes, uma população numerosa vivendo na abundância em um território exíguo, até algumas vezes em terras penosamente conquistadas ao oceano, ou em territórios que não são favorecidos por dons naturais? Ora, se essa é a realidade, e por existir uma causa sem a qual os recursos naturais, por preciosos que sejam, nada são, por assim dizer, uma causa que, ao ativar, pode suprir a ausência ou insuficiência de recursos naturais. Em outros termos, uma causa geral e comum à riqueza, causa que, atuando de modo desigual entre os diferentes povos, explica as desigualdades de riqueza de cada um deles: essa causa dominante é o trabalho”* (Smith apud Hugon, 1995:103).

Adam Smith afirmava também que a distribuição do produto deste trabalho entre um maior ou menor número de consumidores era o elemento que determinaria se uma nação seria mais rica ou menos rica do que outra.

E são os elementos quantitativos e qualitativos do trabalho que determinam a proporção existente entre o produto de trabalho e o consumo, ou seja, a relação existente entre o volume da população ativa e inativa e o seu grau de eficácia que determinarão a riqueza que o trabalho proporciona a uma nação. Procurar ver a eficácia do trabalho, que movimenta os setores ativo e inativo de uma sociedade, é mais importante que observar a quantidade de horas trabalhadas, pois é o rendimento do trabalho que conta.

De acordo com Adam Smith:

*"Segundo seja maior ou menor a proporção existente entre o produto do trabalho – ou aquilo que no estrangeiro se adquire em troca desse produto – e o número de consumidores, encontrar-se-á a noção mais ou menos abastecida de todas as espécies de coisas necessárias ou cômodas de que necessita" (Smith apud Hugon, 1995:104).*

E o que torna o trabalho mais rentável, o que contribuirá para que este seja mais eficaz? A divisão do trabalho é a resposta.

O que diferencia Smith dos outros autores é a sua moderação. Ele se apega a fatos. Assim é a sua obra, bem como os exemplos de que este se vale para defender as suas idéias, seus pontos de vista.

O exemplo notório da prova da superioridade da divisão do trabalho entre diversos setores sobre o trabalho total realizado por um só é o da fábrica que produz alfinetes. Smith afirmava que, numa fábrica destinada à produção de alfinetes, onde trabalhavam dez operários é possível que sejam produzidos 48.000 alfinetes por dia, se houver uma divisão das tarefas de produção de alfinete entre estes dez operários. Por outro lado, se não houver esta divisão das tarefas cada operário talvez só produzirá um alfinete por dia.

Smith acreditava no trabalho e glorificava a sua divisão como o meio de torná-lo mais eficaz. No plano nacional, a divisão do trabalho permitirá o bem-estar individual e produzirá riquezas para os países que a adotarem. No plano internacional é que os seus efeitos serão ainda mais benéficos: transformará o mundo em uma grande oficina, criadora de riquezas por um custo mínimo, um símbolo da solidariedade e da paz duradouras. Tudo isso porque ele acreditava que o comércio gerava a solidariedade entre homens, economias e nações pelo

desenvolvimento de atividades obrigatórias, interligadas, complementares.

Pode-se dizer que um ponto louvável da teoria de Adam Smith foi o pacifismo, pois acreditava que os lucros auferidos na paz eram maiores que os provenientes da guerra. O intercâmbio, bem como a interdependência econômica entre os povos de todo mundo impediriam as guerras pela necessidade de especialização do trabalho que também se aplicaria às nações. Haveria, pois, uma tendência a que cada povo se destacasse mais na produção de certos produtos, Seria a solidariedade imposta pelo trabalho. *“A sociedade é uma imensa e ativa colmeia, onde cada um está a serviço dos demais, e, afinal, todos a serviço de cada um”* (Montpetit apud Hugon, 1995:105).

E para que haja a divisão do trabalho são necessárias duas condições: a extensão do mercado e a abundância dos capitais.

Como produzir se não há mercado consumidor? E de onde viria o capital? E se este capital fosse interrompido haveria produção contínua a alimentar o ciclo econômico? Não. Daí a necessidade de capital contínuo (a alimentar o ciclo) e mercado consumidor (evitando a perda da produção).

Smith não revolucionou apenas quando destacou a importância do trabalho como a fonte geradora de riqueza de uma nação; ou quando defendeu a especialização do trabalho; ou destacou a necessidade de eficácia do trabalho, ao afirmar que, sem o capital constante e a presença do mercado consumidor, a produção se perderia. Ele se superou ao defender o pacifismo numa época em que tudo era resolvido com o poder das armas (muito “diferente” do mundo atual) e ao estabelecer o modo pelo qual os diferentes tipos de capital atuariam, no sentido de aumentar a divisão do trabalho.

Para ele, a utilidade dos capitais circulantes seria o pagamento do salário dos operários, sem que fosse preciso esperar pelo término e venda da produção. E os capitais fixos seriam utilizados para a aquisição de instrumental, de maquinaria, etc (era o capital indireto da produção capitalista, na visão de Boehm Bawerk). Este capital (circulante e indireto) só aumentaria no regime de liberdade.

Hugon (1995) registra a demonstração de Smith sobre a importância da liberdade para o aumento dos lucros:

*"A causa imediata do aumento do capital é a poupança. A economia resultante de determinada indústria provém essencialmente da diferença entre o valor do produzido e o valor do consumido na produção. Portanto, será conveniente – para que se consiga o máximo de economia possível – canalizar os capitais para as produções nos quais se realizam os mais elevados lucros. O interesse pessoal dos capitalistas é que vai fazer com que se possa, a qualquer momento, imprimir aos capitais a direção mais favorável do interesse social" (Smith apud Hugon, 1995:107).*

Estas eram portanto as principais idéias de Adam Smith: o trabalho como forte geradora de riqueza para uma nação; a especialização do trabalho; a eficácia do trabalho; a necessidade de capital constante e de mercado consumidor para manter a produção; o pacifismo; o modo pelo qual o capital, em suas diversas formas, seria utilizado para aumentar a divisão do trabalho, dentre outras.

A última visão de Adam Smith que, por uma questão de método e síntese, procuraremos destacar, é a do Estado. Ele acreditava que deveria ser reduzido o papel do Estado na vida econômica, visão crítica, portanto, da concepção anterior, a mercantilista, que além de resgatar o Estado Nacional, elevou a interferência deste na economia, a um nível insuportável, gerando a reação liberal contrária, da qual Smith era um dos organizadores.

Segundo o seu pensamento, três seriam as missões do Estado: Garantir a paz, arrecadar (de maneira responsável e tolerável) impostos e garantir a justiça. Tudo o que favoreça, portanto, a liberdade plena do ser humano e a realização da felicidade, harmonia e paz, objetivos da vida, na visão de Adam Smith.

Poucos homens contribuíram, de maneira tão positiva, para o progresso da humanidade, como Adam Smith.

## **1.7 Socialismo de Karl Marx**

O que se seguiu, no início do século XIX, não foi uma era dourada para a humanidade. A riqueza veio, porém ela ficou concentrada nas mãos de poucos. Não houve a emancipação através do trabalho, como Adam Smith havia desejado e, sim, a exploração máxima do homem pelo homem, lembrando-nos aquele pensamento de Thomas Hobbes de que *"O homem é o lobo do homem"*.

E a exploração foi tão vil, tamanha era a carga horária nas fábricas (dez a doze horas), que as revoltas começaram. Havia a exploração infantil, até o abuso,

nas fábricas. Muitas vezes as crianças não eram pagas, não podiam estudar, enfim, viviam uma vida sem perspectiva.

E a situação dos adultos não era melhor. Se reclamassem de algo poderiam perder o emprego, sem acesso a nenhum dos direitos que nos assistem atualmente, pois, neste período, eles sequer haviam sido idealizados. Era um período amargo para os trabalhadores. No entanto, se existe algo que é intrínseco ao ser humano é a sua revolta quanto à injustiça. Onde ela existir haverá revoltas (sempre foi assim e sempre será). Esta sede de justiça e a vontade de ser feliz é o que impediu a humanidade de se autodestruir no século XX. Não se poderia assistir passivo à morte lenta e diária de trabalhadores, nas fábricas. As revoltas eclodiram ainda sem organização, sendo ano após ano, esmagadas pelo sistema econômico e político vigentes no continente europeu.

Idéias surgiram, o socialismo nascia pela visão dos utópicos, que buscaram uma alternativa ao caos (É o período de Robert Owen, Saint-Simon e John Stuart Mill, os socialistas utópicos que mais se destacaram). Através do Manifesto Comunista elaborado pela liga comunista de Karl Marx, em 1848, o socialismo vem assumir uma forma real.

Por que 1848? Quem era Karl Marx e Friedrich Engels? Como diferia a sua visão do socialismo daquela elaborada pelos socialistas utópicos?

A vida de Karl Marx foi, no mínimo, surpreendente. Vindo de uma família que estava ascendendo socialmente, cujo pai havia se convertido ao cristianismo para melhor exercer a advocacia, a vida de Marx poderia ter sido muito diferente, caso tivesse realizado a vontade do pai, que queria vê-lo também advogado, porém, o seu destino era outro.

Karl Marx nasceu em 1818, em Trier na Prússia, antiga região do Norte da Alemanha. Foi estudar direito na Universidade de Bonn, em 1835, mas no ano seguinte, transferiu-se para a Universidade de Berlin, onde, na cadeira de filosofia, descobriu a sua veia política. Lá, tornara-se membro de um grupo de estudantes radicais esquerdistas e um forte opositor do governo prussiano.

Apesar de, em 1835, ter-se formado em filosofia pela Universidade Jean, a sua oposição ao governo prussiano impediu-o de tornar-se professor universitário.

Então se dedicou a carreira de jornalista free-lance (aquele que ganha por tarefa).

Após o casamento com sua vizinha, em 1843, mudou-se o casal para Paris, onde conheceu Friedrich Engels, que se tornou seu grande amigo e com quem trabalhou em diversos artigos e o ajudou financeiramente. Viveu, a seguir, na Bélgica (de 1845 a 1848), retornando à Alemanha, onde editou o *Neue Rheinische Zeitung*, que circulou durante a revolução alemã em 1848, tornando Marx conhecido em toda a Alemanha, como defensor da reforma democrática radical. Com o fracasso da revolução de 1848, ele precisou fugir da Prússia e viveu o resto de sua vida como exilado político em Londres.

Seu radicalismo impediu-o de ter uma vida confortável pois este se recusava a trabalhar pelo seu sustento. O seu emprego mais regular foi o de repórter político do *New York Tribune*. Marx, sua mulher e seus filhos eram sustentados por Engels que lhes mandava dinheiro regularmente.

Mesmo com a vida difícil e as doenças escreveu importantes obras, duas das quais comentaremos a seguir, pela importância que tiveram para o pensamento econômico: *O Materialismo Dialético* (sua teoria filosófica) e *O Capital* (onde procura descrever o funcionamento do capitalismo).

O Manifesto Comunista pregava a inevitabilidade de revolução comunista. Era apenas uma questão de tempo, diziam os membros da Liga Comunista, para que o proletariado tomasse o poder. Seu autor, Karl Marx, com a colaboração de Engels, elaborou uma filosofia que procurava demonstrar esta certeza: o materialismo dialético. Dialético porque afirmava que a mudança é a única certeza e ela é constante, eterna. Materialismo porque se funda na produção, na economia e não nas idéias.

Segundo Engels (1970):

*"A concepção materialista da história origina-se do princípio que a produção, e com a produção a troca de seus produtos, é a base de toda ordem social, que em cada sociedade que apareceu na História, a distribuição dos produtos e, com ela, a divisão da sociedade em classes ou estados, é determinada pelo que é produzido, como é produzido e como o produto é trocado. De acordo com esta concepção, as causas finais das mudanças sociais e das revoluções políticas devem ser vistas, não na mente dos homens nem em seu crescente impulso em direção da eterna verdade e da justiça, mas sim nas mudanças das maneiras de produção e de troca; devem ser vistas não por meio da filosofia, mas sim da economia da época concernente"* (Engels, 1970:292).

Para Heilbroner (1992):

*“O raciocínio é poderoso. Toda a sociedade, diz Marx, é constituída sobre uma base econômica – a dura realidade dos seres humanos que precisam organizar suas atividades a fim de vestir-se, alimentar-se e morar. Esta organização pode diferir enormemente de sociedade para sociedade e de época para época. Pode ser pastoral, ser construída ao redor da caça, agrupada em unidades artesanais ou estruturada num complexo industrial. Mas seja qual for a forma com que os homens decidam resolver seu problema econômico básico, a sociedade há de requerer uma ‘super estrutura’ completa de atividade não econômica e de pensamento – o conjunto terá de ser emanado por leis, supervisionado por um governo, inspirado por religião e filosofia” (Heilbroner, 1992:139).*

Marx comenta também que toda a estrutura da sociedade não ocorre ao acaso, é fruto do meio ambiente, da sociedade que a elabora, porque dela precisa. E a mudança é constante. Passa-se de um sistema de produção a outro, sempre que ele não atende às necessidades da sociedade que dele necessita.

Quando o sistema descentralizado feudal (que foi criado para suprir a ineficácia do sistema de produção romano) não mais atendia ao meio, foi substituído pelo sistema mercantilista, que por sua vez, foi ultrapassado pelo capitalismo industrial. Observa-se que a sociedade aproveita as idéias criadas para melhorar o sistema de produção.

Quando não há produção que supra as necessidades da população, há a mudança. Esta é inerente, eterna, até que a sociedade controle a produção e não apenas uma pequena parte da sociedade (os capitalistas). Até que a maioria da população, o proletariado, esteja satisfeita, em suas necessidades básicas (e isto só será possível quando este dominar os meios de produção), o conflito perdurará. Para Marx, apenas com o domínio pelo proletariado dos meios de produção, o conflito de classes terminará e haverá paz. Haverá então a ditadura do proletariado, que, após restabelecer a justiça social será suplantada pelo comunismo, o regime ideal.

A análise do capitalismo foi o grande objetivo da obra de Marx – na série “O Capital”. São quatro volumes editados entre 1867 e 1910 onde Marx procura explorar as falhas do sistema capitalista, para demonstrar que ele pode ser superado.

Para Heilbroner (1992):

*“O que Marx determinou como sua finalidade foi descobrir as intrínsecas tendências do sistema capitalista, suas leis internas do movimento e, assim fazendo, ele esquivava-se do fácil, porém, menos convincente método de se alargar sobre as suas evidentes imperfeições. Em vez disso, exigiu o mais rigoroso, o mais puro capitalismo imaginável e dentro deste rarefeito e abstrato sistema, com um capitalismo imaginário no qual todos os defeitos óbvios da vida real tinham sido removidos, ele iniciou sua luta. Pois, se pudesse provar que o melhor possível de todos os capitalismos também estava fadado ao desastre, com certeza seria fácil demonstrar que o capitalismo real seguiria o mesmo caminho, só que mais depressa. Assim ele produziu o cenário. Entramos num mundo de capitalismo perfeito: nada de monopólios, sindicatos, nem de vantagens especiais para ninguém. É um mundo no qual toda mercadoria é vendida exatamente pelo seu devido preço” (Heilbroner (1992:149).*

Com este cenário temos como descrever o caminho que Marx aponta para o comunismo. Se tudo é vendido pelo exato preço, onde fica o lucro, o objetivo do capitalista? É aí que entra o conceito de mais-valia. Se as mercadorias são vendidas pelo preço exato, as horas trabalhadas seriam o diferencial que o capitalista pode explorar para obter lucro. Para tirar vantagem, ele pagaria ao trabalhador menos do que ele trabalhou, ou seja, se ele trabalhou dez horas e só precisaria trabalhar seis horas para garantir a sua sobrevivência, o capitalista, porque detém os meios de produção e pode impor-lhe as condições de trabalho, só lhe pagaria 6 horas, ficando com o ganho a que teria direito o trabalhador, ou seja, as quatro-horas excedentes.

Ao número de horas-trabalhadas e não pagas, apropriadas pelo capitalista (sua fonte de lucro), chamamos de mais-valia. Sabemos de onde vem o lucro do capitalista, da mais-valia, das horas que o trabalhador realizava além daquelas necessárias à sua sobrevivência, e não foram pagas. Mas como ocorreria a queda do sistema capitalista?

A queda viria porque o capitalista, na sua ânsia de novos lucros, destruiria a sua fonte de riquezas, a mais-valia, seja diminuindo a massa de empregados, para que pudesse competir no mercado com os outros capitalistas (substituindo-os por máquinas que realizassem a produção de forma alternativa), seja pelo aumento do número de crises, que, apesar de serem da essência do sistema, acabariam por implodi-lo.

A cada nova crise o número de capitalistas diminuiria até que só restassem poucos e, mesmo estes poucos, transformar-se-iam em um só, que

também implodiria. É pensar em um jogo, onde a cada nova partida o número de jogadores diminuiria, até que não restasse mais nenhum jogador em campo.

Segundo Marx:

*“Com a redução constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da escravidão, da degradação, da exploração, mas, com ela aumenta também a revolta da classe trabalhadora, uma classe que vai sempre crescendo em número, em disciplina, em união, organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. A centralização dos meios de produção e de socialização do trabalho afinal chegam ao ponto em que se tornam incompatíveis com seu revestimento capitalista. Esse revestimento racha-se, rompe-se. Dobram os sinos pela propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados”* (Marx apud Heilbroner (1992:154).

O que fizemos é um estudo sucinto da obra de Marx. Contudo, é necessário que fique bem claro a importância de Marx e de seu pensamento: ele é o pai da crítica à economia, da visão crítica do capitalismo como o conhecemos. E, ademais, a influência dele sobre os regimes políticos que marcaram o século XX é demasiadamente extensa para ser desprezada, e é enorme o peso que sua obra teve sobre o mundo moderno.

### **1.8 Bolchevismo e socialismo na URSS**

O primeiro resultado efetivo do socialismo só veio bem mais tarde. Quase setenta anos após o movimento operário de 1848, de onde ninguém esperava: da Rússia, um país agrícola, arcaico e mergulhado em uma monarquia absoluta que parecia insuperável.

É surpreendente o feito de outubro de 1917, pois, todos acreditavam que seria necessário que a revolução fosse realizada em um país com um operariado forte e um parque industrial poderoso. Só que a guerra entre os países europeus criou um cenário terrível, devastando, naquele momento, toda a crença no capitalismo como a melhor opção de regime econômico. Simplesmente, devido aos abusos e ao desmantelamento do sistema econômico europeu e russo, provocado pela Primeira Guerra Mundial. Em um cenário destes, os bolcheviques conseguiram chegar ao poder, tendo em Lênin, o grande articulador da revolução soviética. E era uma revolução bolchevique, que ia além do marxismo, pois, a este juntava-se o

anarquismo. Pode-se dizer que o bolchevismo foi um produto russo mesmo, elaborado por seus principais escritores e um destaque para as idéias de Lênin sobre o socialismo.

O bolchevismo russo caracterizava-se pela presença do Estado, um instrumento da dominação das majorias sobre as minorias. Era o "socialismo real". Uma descrição do Estado bolchevista da URSS pode ser encontrada em Hugon (1995):

*"O Estado capitalista representava, para Marx, a ditadura da minoria sobre a maioria, o Estado bolchevista será a ditadura imposta pela maioria à minoria. Viva, permanecerá, pois, a noção de classes. O objetivo desta ditadura do proletariado é a preparação da futura sociedade, cuja forma será o comunismo integral. A duração desta ditadura provisória é proporcional ao tempo necessário para que se verifiquem a dissolução da ordem e o esmagamento do espírito capitalista e burguês [...]. Para tanto necessária se torna uma longa educação: o homem deve ser transformado e, por conseguinte, imprescindível será tomar-se a criança, a fim de moldá-la pelo novo espírito, extirpando-lhe todos os traços de ativismo burguês. Nesta fase preparatória o regime econômico será o do coletivismo autocrático e centralizado. Todos os meios de produção, na indústria, na agricultura e no comércio serão nacionalizados. A produção ficará a cargo dos estabelecimentos públicos que tomarão o lugar das empresas privadas. A repartição da produção por entre os respectivos tomadores far-se-á por via autoritária, sendo as decisões tomadas pelos órgãos públicos" (Hugon, 1995:253).*

E o objetivo final é a construção de uma sociedade comunista, formada por uma classe única, onde o Estado não mais seria necessário, onde cada um produziria com consciência, de acordo com as suas necessidades e para atender as necessidades do próximo, enfim, uma sociedade humana e fraterna. Porém, a realidade que os anos seguintes produziram seria muito diferente.

A guerra civil, a morte de Lênin, a ascensão de Stalin, o exílio de Trotsky, os expurgos promovidos, a coletivização total da URSS, todos estes acontecimentos produziram um Estado absolutista bem pior do que aquele que os comunistas (bolcheviques) haviam ajudado a derrubar.

Houve, sim, no final da década de 20 e durante toda a década seguinte um crescimento planejado, uma rápida industrialização e a igualdade entre homens e mulheres, mas, após a morte de Stalin e a ascensão de Nikita Krushev, veio o questionamento dos resultados obtidos e dos métodos empregados por Stalin.

Durante o XXII Congresso do Partido Comunista da URSS (no mês de outubro de 1961) foi elaborado o “*Programa do partido comunista soviético de 1961*”, um importante documento que acertava a coexistência pacífica com outros regimes, porém, ainda proclamando a inevitabilidade da vitória do comunismo e uma reformulação programada da sociedade soviética. Era, enfim, um programa de metas a serem cumpridas. Um destaque dele era a competição exacerbada com os Estados Unidos da América, resultante da “guerra fria” que desde o fim da Segunda Guerra Mundial, imperava na Europa e no mundo.

O fim do bolchevismo ocorreu trinta anos após. A guerra fria, a vigilância excessiva e sufocante dos cidadãos e a ineficiência da economia soviética, bem como a contradição entre a política de Mikail Gorbachev e o modelo econômico vigente na U.R.S.S., terminaram por enterrar o projeto bolchevique de construção do socialismo.

### 1.9 Keynesianismo

O intervencionismo estatal ganhou em Keynes um ferrenho defensor. O livro que este publicou em 1936 – “*Teoria geral do emprego, do ouro e da moeda*” –, representou um marco do pensamento econômico. Um momento de mudança.

Keynes considerava a sua teoria como “geral” e a clássica, “particular”. Esta visão do pensamento clássico existia porque os seus defensores:

- a) acreditavam no pleno emprego, eliminando a possibilidade de desemprego, e a realidade prática demonstrava o contrário;
- b) desconsideravam o papel ativo da moeda na economia, como agente promotor do desenvolvimento econômico, visão que Keynes defendia;
- c) não tinham uma visão macroeconômica e, sim, microeconômica.

Keynes via o sistema econômico em seu conjunto. Ele via a sociedade como um todo, questionava a relação existente entre a quantidade de indivíduos que encontrava emprego e o total da produção global resultante, pois, dizia que a sociedade não gerava empregos suficientes para absorver a mão-de-obra existente e era enfático na defesa das exportações como um caminho para aumentar o número de empregos.

Assim, a sua teoria econômica ia na direção oposta da visão clássica. Ele considera a procura, e não a oferta como motor da economia, o contrário do que os autores clássicos defendiam. Afirmava que o rendimento global podia ser empregado de três formas: entesourando, investindo, consumindo.

Segundo Hugon (1995):

*“A procura efetiva e, por conseguinte, o emprego, depende, pois, de três fatores psicológicos, os quais juntamente com volume monetário existente vão representar os elementos explicativos das variações de um sistema econômico. Estes elementos variáveis e independentes entre si, são: a preferência pela liquidez, o estímulo para investir, a propensão para consumir.*

*1) a preferência pela liquidez consiste na preferência dada ao dinheiro líquido a qualquer outra forma de riqueza. Manifesta-se por uma tendência mais ou menos acentuada, que impele os homens a empregarem suas economias, ou, ao contrário, entesourá-las sob a forma de moeda.*

*[...] Três são os principais motivos que explicam esta preferência pela liquidez: transação, precaução e especulação.*

*Transação: tendo em mira este objetivo, os homens são levados a conservar seu dinheiro sob a forma líquida para poder, assim, atender às necessidades das compras habituais.*

*Precaução: movidos os homens pelo desejo de segurança, procuram conservar o dinheiro sob a forma líquida para socorrer as despesas imprevistas.*

*Especulação: constitui, segundo Keynes, o mais importante dos estímulos, estando diretamente ligado às futuras variações de juros. A preferência pela liquidez deriva do temor de uma elevação da taxa de juros. Sendo, em dado momento, a taxa de juros muito baixa e os custos muito elevados, os especuladores conservam o dinheiro sob a forma líquida, com a esperança de utilizá-lo em oportunidades mais lucrativas.*

*2) O estímulo para investir corresponde a um estado psicológico oposto: impele os homens a procurarem um emprego produtivo para os seus rendimentos.*

*Este estímulo para investir depende do rendimento, previsível, do capital (procura dos empreendedores) e do custo de reposição do capital (determinando o preço da oferta). Em outros termos: o estímulo para investir depende da estimativa do rendimento futuro. Esta estimativa depende, por sua vez, da eficiência marginal do capital. A eficiência marginal do capital traduz a relação entre o rendimento previsível, dos bens de produção (máquinas) e o preço de reposição destes.*

*3) A propensão a consumir consiste na tendência, manifestada pela população, no sentido de reservar uma parte mais ou menos considerável de seu rendimento à compra imediata de bens de consumo. Representa a relação entre as despesas de consumo e o rendimento global da comunidade” (Hugon, 1995:405-406).*

Em face da questão do desemprego, Keynes defendia a intervenção estatal na economia, devendo esta ser permanente e realizada com o objetivo de aumentar a liquidez, o investimento e o consumo, necessários para o crescimento do emprego e da produção. É a chamada “preferência pela liquidez”. Enfim, pode-se

dizer que o objetivo da interferência estatal na economia era a geração de novos empregos. E, para tanto, o governo deveria elaborar uma política monetária e fiscal coerentes, deveria reduzir a taxa de juros e realizar obras públicas. Se fosse preciso aumentar a inflação, que assim se procedesse.

Keynes defendia uma política de estímulo às exportações, como fonte geradora de divisas e pregava a necessidade de uma balança de comércio favorável. Suas idéias foram essenciais para o "*Plano Keynes*" apresentado durante a conferência de Bretton-Wodds (1944), visando a criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco de Reconstrução e Desenvolvimento Econômico. Elas também serviram para ajudar a reconstruir a economia dos países arrasados pela Segunda Guerra Mundial, como a Inglaterra e a França (influenciaram o plano Monnet, implantado para reger o país após o conflito). Portanto, não é um autor de pequeno porte, dada a força com que suas idéias eram defendidas no mundo e ainda o são.

### **1.10 Neoliberalismo**

O século XX foi marcado pelo intervencionismo estatal crescente, quer socialista, quer capitalista (intervencionismo estatal, como o defendido por Keynes, por exemplo). Contudo, já em meados da década de setenta este modelo começava a perder fôlego e, em seu lugar, começava a ganhar força o movimento neoliberal. Ele é novo, pois surgira em 1938, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, tendo como fundadores os economistas Robbins, Haynek, Louis Baudin, Condiliffe, Walter Lippinan, Louis Rougier, Van Zeeland, Rustow, Dotoventf, Jacques, Rueffe e outros. Era uma tentativa de adaptar o liberalismo aos grandes desafios que o século estava impondo.

A semelhança com o liberalismo encontrava-se na defesa que ambos faziam do mercado livre como a força reguladora dos preços. Os neoliberais eram, portanto, contra a política de controle de preços, pois afirmavam que, em face dos elementos, subjetivos existentes no conceito do preço, seria impossível que o Estado pudesse controlá-los com eficácia. Apenas o mercado, pela lei da oferta e da procura, poderia determinar o justo preço.

O neoliberalismo diferia do liberalismo porque defendia a intervenção

estatal sempre que se verificassem empecilhos ao livre estabelecimento dos preços pelo mercado.

Também cabia ao Estado combater a formação de cartéis, trustes (nacionais ou internacionais) ou quaisquer tentativas de formação de monopólios. O neoliberal Louis Baudin afirmava que: *“O Estado deve ser um soberano que prepara sua própria abdicação”*.

Existe, ainda, na visão neoliberal um papel social para o Estado: ajudar, socorrer os desamparados do sistema através da assistência social e da educação.

Este modelo neoliberal teve como laboratório de experimentação o Chile de Augusto Pinochet. Depois foi adotado pelo governo Ronald Reagan (nos Estados Unidos) e pelo governo de Margaret Tatchet (na Inglaterra).

Atualmente, em face do desmoronamento do bloco socialista e da inexistência de um modelo alternativo, é o único que vigora no mundo. A necessidade de aperfeiçoar o modelo econômico vigente tem levado ao surgimento de propostas alternativas como a da economia solidária, sobre a qual faremos uma análise, porém, apresentando antes uma visão crítica do mundo moderno, justificando assim a necessidade da proposta que defendemos -a Economia de Comunhão.

## CAPÍTULO 2

### ECONOMIA DE COMUNHÃO

#### 2.1 Visão crítica do pensamento econômico: Porque necessitamos de uma Economia de Comunhão

A Economia de Comunhão, tema deste trabalho, ainda não foi abordado, pois era preciso demonstrar a evolução do pensamento econômico. Impossível seria analisarmos todas as correntes do pensamento econômico, mas destacamos aquelas que consideramos mais importantes.

Da Grécia colhemos as correntes individualista, socialista e intervencionista, mostrando a gênese do pensamento econômico.

Sem o individualismo de Hipias e Protágoras não haveria fundamento doutrinário para o liberalismo econômico. Sem o socialismo de Platão dificilmente teríamos o socialismo de Karl Marx, pois, apesar da diferença entre os dois modelos, não haveria o pensamento de Karl Marx sem a influência de Platão.

E o que dizer da interferência estatal na economia, implementada por Aristóteles e defendida pelos romanos, depois pelos mercantilistas, pelos socialistas utópicos e marxistas, pelos bolchevistas e pelos intervencionistas, cujo destaque é Jonh Maynard Keynes, na Inglaterra?

O pensamento econômico é uma seqüência de idéias aproveitadas por cada pensador, em cada período da História. E cada um aprendeu com os antecessores, que por sua vez, aprenderam com aqueles que iniciaram a viagem científica. É fácil comparar o pensamento econômico a um tabuleiro de dominó, onde cada peça contribui para formar uma figura e se retirarmos uma peça que seja não teremos mais aquela figura que desejávamos criar.

Os gregos influenciaram os romanos, que influenciaram os pensadores medievais. E os pensadores medievais influenciaram aos mercantilistas do renascimento. Os mercantilistas, por sua vez, foram substituídos pelos liberais, com

destaque para a Escola Fisiocrática Francesa e para as idéias de Adam Smith. Estes foram severamente criticados pelos socialistas utópicos. E os socialistas utópicos foram questionados por Marx, Engels e Lênin. O socialismo marxista e o bolchevismo foram questionados pelos intervencionistas, com destaque para Keynes. E, por fim, chegamos ao período atual, o neoliberalismo, que questiona os anteriores e que também será revisto um dia.

O período grego pecou pela ausência de liberdade econômica, bem como o período romano. Só que a Idade Média foi muito dura na crítica ao comércio e ao lucro. Não menos desagradável foi a interferência do Estado na economia pregada pelos mercantilistas, que, com o pacto colonial engessaram a economia das colônias, que só poderiam comercializar com as metrópoles. O liberalismo de Adam Smith reduziu tanto a participação do Estado na economia, que a escravidão praticamente foi introduzida nas fábricas. Porém, não menos rígido foi o socialismo de Marx, cujas idéias foram aplicadas inicialmente na antiga URSS por Lênin e Stalin. E ainda assim parcialmente, porque o anarquismo mesclou-se a ele para complementá-lo formando o bolchevismo. Os crimes e abusos cometidos em nome do "socialismo real" ainda não foram totalmente dimensionados.

E o caminho oposto, o intervencionismo, provocou a geração de economias deficientes na América Latina, com regimes fechados. Eram experiências monopolistas que fracassaram. A tentativa de corrigir o fracasso, o neoliberalismo, pode estar gerando um mundo sombrio. No mundo atual 3 bilhões de pessoas estão desempregadas. Há uma crise de valores e dúvidas quanto ao futuro do planeta. E é neste cenário que precisa surgir uma alternativa viável, e esta pode ser a Economia de Comunhão.

A Economia de Comunhão deve combater o individualismo que está a minar a sociedade civil. Inicialmente, é preciso aprender com as experiências econômicas anteriores. Desprezar o passado como os modelos socialistas tentaram fazer é um erro. O espírito coletivo grego deve ser aproveitado para ressuscitar a vida comunitária. As lições do excesso de intervenção na economia cometidas pelos romanos devem ser consideradas. Contudo, dos romanos devemos aproveitar a noção de propriedade do direito das obrigações. Do período da Idade Média aplicaremos os princípios do equilíbrio, da moderação e das mutações monetárias.

Desconhecer a importância do acúmulo de riquezas é um erro só superado pela má distribuição da riqueza e pela concentração de renda.

Também devemos ver a economia e a sociedade como um sistema, um organismo. Não existem apenas experiências na economia, como pregavam os mercantilistas, mas sim, leis que devem refletir a realidade de onde vieram.

De Adam Smith devemos aproveitar a importância do trabalho como fonte geradora de riquezas. De Karl Marx, a necessidade de amparar os menos favorecidos, de observar que há leis sobre produção, que a sociedade se organiza de acordo com as forças produtivas e que uma das poucas certezas no ciclo econômico é a eterna mudança. O processo dialético ocorrerá sempre até que venhamos a construir um modelo social que favoreça os excluídos. Do trabalho de Keynes, precisamos nos lembrar da necessidade de gerar empregos, da importância da estabilidade da moeda e do papel que tem o Estado como gerador de empregos para diminuir o drama do desemprego. Do neoliberalismo podemos extrair a força da globalização de uma economia mundial interligada e necessária, como um instrumento pacificador e distribuidor de riquezas. Porém é preciso mais. É preciso uma Economia de Comunhão, um modelo baseado na ética, na solidariedade e nos valores cristãos. Devemos gerar empregos e distribuir os lucros, sim, mas é necessário uma transformação ética do capitalismo.

Que o capitalismo é imprescindível, pois é o sistema que mais gera riquezas, isto ninguém discute. O capitalismo venceu a guerra fria, uma batalha que durou meio século onde o bloco mais apto prevaleceu e que terminou em 25 de setembro de 1991, com o fim da URSS, marco final do modelo socialista. O que precisamos é de humanismo, ética e espírito fraterno, idéias que a Economia de Comunhão prega.

Vamos buscar em Raimundo Bezerra Falcão os conceitos de progresso, mudança social, processo revolucionário e desenvolvimento a fim de termos perfeita noção do quanto precisamos mudar.

Segundo Falcão (1981), progresso

*"é movimento para adiante. Não é necessário, portanto, grande esforço para demonstrar que progresso não se confunde com mudança social. A mudança às vezes se verifica em sentido regressivo, retrocesso. O progresso, supõem alguns, exige um aperfeiçoamento e, nessa concepção, o conceito ençerra forte elemento valorativo, depende em muito da idéia*

que se tenha da perfeição [...]. Progresso é algo mais físico, objetivo. É deslocamento para frente. Espécie, assim, do gênero mudança, em nossa opinião. Progresso é, para nós, avanço para a frente, quase num sentido geográfico – geométrico, sem referência a aspirações ascensionais” (Falcão, 1981:60-61).

### A mudança social

“se processa muito mais pelo aproveitamento do que já existe do que por uma ação destrutiva. Esta só se reputa indispensável quando as estruturas são de tal modo arcaicas, superadas, conservadoras, que se exija o menor grau possível de conservação daquilo que antes existia. De qualquer forma, restará sempre alguma coisa do passado, porque a mudança é preponderante para a sociedade e não da sociedade. Muda-se em benefício da sociedade, porque a mudança pela mudança não encontra justificação. [...] O sentido e a profundidade da mudança variam conforme as circunstâncias e a mudança será tão mais marcante quanto mais se alterem as estruturas e o funcionamento das formas sociais ou dos progressos que se desenvolvem no interior dessas formas. [...] A mudança não chega a destruir formas sociais como um todo. Resta sempre algo anterior. O processo mudancista se dá dentro de uma certa dialética. Pode até destruir as formas sociais como um todo, não. A menos que não tenhamos atinado com o sentido exato da expressão ‘formas sociais como um todo’. O que a mudança faz e deve fazê-lo – é destruir certas relações existentes no seio das formas sociais, até porque, uma vez conseguida a mudança desejada, é preciso organizar as novas relações. E isso conduz a uma nova estrutura na qual sempre haverá resquícios das formas anteriores” (Id:64-66).

Processo revolucionário é definido por Falcão (1981) como “ação acelerada no rumo da mudança e não a simples preparação da ação”. (Id:68).

Por fim, o conceito de desenvolvimento:

“Diferentemente de progresso, que tem um sentido linear, desenvolvimento assume uma expressão cúbica. É como que um progresso que se verificasse em todas as direções. Desenvolvimento não é apenas crescimento econômico, nem tampouco simples produção de riqueza. Pressupõe distribuição, ou redistribuição, dessa riqueza em favor do bem-estar social, e participação da sociedade, portanto, em benefícios diversos, como a educação, boas condições sanitárias, oportunidade de trabalho, lazer, alimentação adequada, entre vários outros aspectos” (Id:70).

Se quisermos que a Economia de Comunhão prevaleça teremos que ter em mente a idéia de que ela deverá ser um processo que virá a provocar uma mudança social. A Economia de Comunhão será lenta, porém terá como objetivo o progresso e a sua construção, pois este é algo físico, conforme explicado. E terá que ser orientada, pois, trata-se de um processo revolucionário, uma marcha rumo a mudança e terá que ser direcionado para construir uma sociedade melhor, para gerar mais empregos, daí a necessidade de intervenção estatal.

Para que a Economia de Comunhão gere o desenvolvimento ela terá que ser pautada na ética, nas idéias de crescimento cúbico, nos princípios da moderação, equilíbrio e justo preço. É preciso que toda a sociedade cresça, ou não haverá desenvolvimento. Para tanto, necessário se faz uma revolução no pensamento e na maneira de se inter-relacionar comercialmente. É preciso dar à Economia de Comunhão uma oportunidade de transformar o mundo, de gerar desenvolvimento. Vejamos, a seguir, o que a Economia de Comunhão se propõe a fazer, seu alcance e suas perspectivas.

## 2.2 Origem

A gênese da Economia de Comunhão foi em maio de 1991. Chiara Lubich, fundadora e presidente do Movimento dos Focolares, nascida em Trento, Itália, em 22 de janeiro de 1920, quando veio ao Brasil visitar a comunidade do Movimento dos Focolares do Brasil, elaborou o “*Projeto Aracell*”, fruto da intensa relação que estabeleceu com o povo brasileiro e da constatação de que era necessário mudar a sua sofrida realidade.

A idéia da Economia de Comunhão se espalhou por todos os continentes, onde houvesse uma sede do Movimento Focolares, encontrando inspiração na descrição feita pelos Atos dos Apóstolos das primeiras comunidades cristãs: “*Tinham tudo em comum [...] e não havia necessitado algum entre eles*” (At 4, 32–45). A experiência da Economia de Comunhão prosperava.

## 2.3 Conceito

Segundo Vera Araújo (1998):

*“A Economia de Comunhão consiste em direcionar a firma ou empresa a constituir-se como comunidade de pessoas altamente responsáveis e motivadas – voltada à produção de bens e serviços – e a usar os lucros em vista de uma sociedade solidária aos excluídos, aos marginalizados, em uma palavra, aos necessitados. E como se entende serem necessárias pessoas profundamente convictas, parte desses lucros é usada para formar ‘homens novos’, além, naturalmente do incremento da própria empresa”* (Araújo In Costa, Araújo, Biela et alii, 1998:11).

A proposta da Economia de Comunhão é de transformação interior, pois, o século XX tem uma lição a transmitir: não adianta modificar o sistema se, antes

não trabalharmos a espiritualidade humana.

Porque o socialismo real, pregado pela URSS fracassou? Por causa apenas da guerra fria? Não. Todas as experiências que citamos anteriormente (socialismo, intervencionismo, liberalismo, mercantilismo, neoliberalismo) estão desprezando a espiritualidade humana. Se o homem continuar a ser mesquinho, não souber trabalhar em equipe, desprezar o seu próximo, de que adiantará mudar o sistema de produção e distribuição de riquezas? Cedo ou tarde, pela ganância humana, ele será destruído.

Adam Biela (1988) assim define Economia de Comunhão:

“A nova dimensão de integração iniciada por Chiara Lubich é a promoção e organização de um sistema econômico baseado em princípios de solidariedade aos necessitados, de ajuda concreta. Esse sistema baseia-se na proposta de novas soluções sistemáticas. A iniciativa recebeu o nome de Economia de Comunhão. Não é certamente utopia social ou econômica, mas proposta real, que já foi concretizada em diversos países do mundo, entre as quais alguns europeus e inclusive na Polônia.

Essa proposta dirige-se à promoção de um sistema econômico de pequenos e médios negócios e de perfil muito variado. A forma de propriedade dessas firmas é privada, portanto, o proprietário não é alguma comunidade ou Kolhoz. São, na maioria, sociedades ou firmas pequenas e médias, freqüentemente familiares. Essas empresas desenvolvem uma atividade econômica normal, segundo os princípios da economia de mercado, portanto, aumentam a própria competitividade através da melhoria de qualidade, inovação tecnológica, baixa sistemática dos custos de produção, aumento de eficiência do trabalho nos diversos encargos, aperfeiçoamento gerencial e de marketing.

*Nas atividades de gestão e gerenciamento essas empresas, baseadas na nova economia, procuram concretizar as recomendações da Doutrina Social da Igreja no campo da subjetividade do trabalho.*

*A característica que distingue dos outros sistemas econômicos a atividade econômica, baseada na nova economia, é a filosofia de repartição dos benefícios resultantes da atividade lucrativa da empresa. Essa filosofia prevê repartir os lucros em três partes distintas dirigidas aos seguintes objetivos:*

- a) reinvestimento na própria empresa;
- b) ajuda aos mais necessitados do Movimento em todo o mundo;
- c) formar pessoas para esse estilo de vida.

A proposta de um sistema econômico segundo os princípios da nova economia, que supõe obtenção de lucratividade da empresa e cumprimento da tríplice distribuição de lucros, visando edificar a integração social e econômica, constitui exemplo de encarnação do paradigma da unidade e da solidariedade entre os homens, que deveriam compartilhar tanto os resultados do trabalho quanto a responsabilidade de dividir o risco da atividade econômica. Tais propostas não constituem uma possível abstração teórica mas demonstração que é possível um sistema desse tipo e isso nos mais diferentes países, inclusive a Polônia.

Durante a Conferência Internacional “*Mudanças de Mentalidade e Perspectivas de Integração na Europa*”, promovida pela Universidade Federal do Ceará, em novembro de 1995, Vera Araújo, socióloga brasileira, apresentou o desenvolvimento no mundo das empresas administradas

segundo as linhas dessa nova economia; Roberto Saltini coordenou a sessão onde foram apresentados depoimentos sobre como funcionam essas empresas na Europa, entre as quais algumas na região de Soligeu (Alemanha) e Resovia (Polônia). O funcionamento e o desenvolvimento dessas empresas mostram que também as relações econômicas podem constituir-se com base no paradigma da unidade e da solidariedade entre os homens. O tempo mostrará se aos homens bastará força, coragem e coerência para desenvolverem a atividade econômica com base nesses princípios" (Biela In Costa, Araújo, Biela et alii, 1998 :26-27).

Não se trata de uma experiência utópica, mas de uma tentativa de oferecer um novo sopro teórico ao capitalismo, pela transformação do homem, o elemento humano da empresa, e pela distribuição do lucro. É uma experiência real, que, de maneira firme, humilde e determinada busca transformar o mundo, promovendo o desenvolvimento.

A experiência revolucionária socialista ensinou uma precisa lição: apenas no regime democrático as mudanças sociais ocorrerão. É necessário planejamento para que ocorra a geração de riquezas. Este planejamento deve ser fruto da sociedade civil, talvez em parceria com o Estado, mas ele não deve ser o único gerador de empregos.

Keynes estava certo quando afirmou que o capitalismo por si só não absolveria toda a mão de obra existente, mas os autores neoliberais também tinham razão ao afirmar que o Estado não poderia dominar a economia, devendo agir como agente fomentador dela.

É preciso um pouco de intervencionismo na economia, mas a sociedade deve ser chamada a participar do planejamento das metas para que ocorra o crescimento econômico. É preciso um pacto social para que ocorra o desenvolvimento sustentado de um país, pois, este é um processo que leva tempo, é demorado, podendo ser necessários muitos anos para o aparecimento de resultados concretos. É preciso paciência e perseverança na sua busca. É preciso que seja escolhido um modelo elaborado pela sociedade civil, mas com o apoio do Estado, para que ele dê os frutos esperados, ou seja, melhore a sociedade que o aplica.

A experiência de atuação coordenada de governo e sociedade civil não é comentada no momento, mas deve ser lembrada. O Japão só atingiu o seu potencial como nação quando se organizou, determinando o que poderia produzir ou não. Levou tempo, foi preciso investimento pesado na educação, mas o resultado foi

obtido. O problema japonês, que levou à recessão nos anos noventa, do qual este ainda não se recuperou foi inflexibilidade, incapacidade de adaptar-se às mudanças que a globalização trouxe.

Para que a Economia de Comunhão produza mais resultados ela terá que ser bem planejada antes de ser implementada. O aspecto positivo dela é que seus autores, movidos pela cautela e pelas experiências econômicas anteriores, sabem que mudar o sistema econômico é possível, porém deve-se trabalhar com metas realistas. É preciso cautela e investimentos para a obtenção de resultados. Mas com fé, planejamento e trabalho duro os resultados virão.

Vejamos agora a caracterização da Economia de Comunhão.

## 2.4 Características

Inicialmente uma pergunta: a Economia de Comunhão é uma “terceira via”, ou mais uma alternativa econômica aos modelos existentes? Ela é mais que um simples modelo de produção, pois se ela deseja aperfeiçoar o capitalismo pela transformação da empresa e um redirecionamento do lucro, ela tem objetivos mais nobres: deseja dar um sopro de esperança a um mundo sem utopias. Para tanto, busca corrigir o grande erro que os modelos econômicos cometeram: o desprezo da natureza humana. Não adianta, repetimos, modificar o sistema de produção sem procurar modificar a alma das pessoas que o aplicam. No fim, tudo retornará ao que era antes, ou pior, as injustiças aumentarão.

Para que haja mudança social e desenvolvimento é preciso modificar as pessoas que fazem a economia funcionar. Quem pensa positivo produz resultados muitos positivos. Quem pensa negativo produz resultados negativos. É um raciocínio simples, admitimos, mas tudo é uma questão de fé. Como um país espera mudar se o seu povo não acredita na mudança? É preciso crer para ver.

Tommaso Sorigi (1988) também pensa assim:

*“Muitos falam de Economia de Comunhão como sendo uma ‘terceira via’. Pode isto ser verdade?” O problema é muito complexo. No que diz respeito a Doutrina Social da Igreja, os últimos documentos pontifícios afirmam que o ensinamento do Magistério não constitui uma “terceira via”. Isto porque na realidade, este ensinamento se coloca no plano dos princípios de teologia moral (cf. SRS 41). Por isso mesmo, ele está acima do plano onde são elaborados os caminhos de concretizações técnicas. Os leigos cristãos,*

*imbuídos dos acontecimentos da História, têm, no entanto, por incumbência específica, aplicar esses princípios, justamente à História, em meio às contingências histórico-sociais mutáveis, percorrendo algum caminho proposto. Todavia, também neste plano não é tarefa simples indicar um "caminho" preciso, que é um entrelaçamento, de um lado, de muitos elementos políticos, econômicos e sociais; e de outro, de elementos jurídicos e filosóficos. Além do mais, trata-se do resultado de numerosos estímulos e considerações surgidos durante o caminho. Apesar dessas considerações, é necessário destacar o fato de que muitos, ao ouvirem o anúncio e as primeiras experiências desta Economia de Comunhão, tiveram forte sensação de se encontrarem diante de algo realmente novo. Trata-se de um modelo diferente do capitalismo e do comunismo; um modelo que, sem dúvida, se fundamenta na Doutrina Social da Igreja, mas que destaca especialmente o aspecto da participação e da solidariedade, estimulando um posterior desenvolvimento em sentido mais profundamente comunitário"(Sorgi In Costa, Araújo, Biela et alli, 1988 :57).*

Enfim é um novo caminho econômico que ousa, ao desejar transformar o espírito humano, pela redescoberta da religiosidade, mas que é maduro o suficiente para aprender com as lições do passado. Não deve, como na Idade Média, desprezar o valor do lucro, ou como no período mercantilista, compará-lo ao acúmulo de metais preciosos ou negá-lo totalmente como no período socialista. Na Economia de Comunhão o lucro é importante, desde que seja justo e aplicado para a melhoria do homem e transformação da empresa.

Mas como se caracterizam as empresas que atuam sob os princípios da Economia de Comunhão? Quais as características da Economia de Comunhão?

A Economia de Comunhão é difícil de se caracterizar usando os padrões convencionais porque ela não é apenas um movimento técnico científico, mas uma atitude, uma opção humanista e espiritual que importa uma postura diferente no mundo dos negócios. A Economia de Comunhão é uma inovação, pois ela visa restaurar a dignidade do homem.

Assim como na Grécia, a economia era um instrumento a serviço do Estado, da polis (com a prevalência da filosofia sobre a economia), assim como em Roma a economia servia aos fins do Estado, no momento atual a Economia de Comunhão também não é um fim, mas um instrumento a serviço do objetivo, que agora é o homem e a restauração da sua dignidade.

É uma tarefa árdua porque, num mundo onde a competição é selvagem, onde o individualismo é a regra, tomar a atitude de ajudar o próximo é ousar, sonhar com um mundo melhor e buscar construí-lo é um desafio. Um ato de fé e coragem.

A inovação da Economia de Comunhão é a postura da empresa, de seus dirigentes. As fórmulas econômicas são mesmo tradicionais. Não há o intuito de destruir o que existe, mas de torná-lo mais humano, enquanto ainda há tempo.

Gaspar (2000) assim descreve a intenção da Economia de Comunhão:

*“Mas qual é a novidade desse projeto? Além da comunhão do supérfluo, Chiara propõe uma ‘Comunhão produtiva’. Não apenas gerar, com profissionalismo e criatividade, produtos úteis e de boa qualidade, e agir de modo transparente diante de fornecedores, clientes, Leis fiscais e trabalhistas, sem poluir e sem cair em concorrência desonesta, mas também compartilhar os lucros assim obtidos para socorrer as necessitados e para difundir a cultura da partilha, reservando naturalmente uma parte para o desenvolvimento da empresa. É uma economia baseada não na luta para superar os outros, mas no compromisso de crescer junto com eles, empregando recursos e talentos em benefícios daqueles que o atual sistema econômico insiste em excluir, por não serem ‘produtivos’” (Gaspar, 2000:13).*

É uma postura heróica. Será que a Economia de Comunhão sobreviverá à competição com o capitalismo selvagem? Será que aqueles que têm escrúpulos conseguirão convencer aqueles que não têm a mudarem de postura? É um ato de fé crer que a Economia de Comunhão pode superar os desafios impostos, mas se nós não acreditamos em mudanças e lutarmos por um mundo melhor quando está tudo difícil, quando o faremos? Redirecionar o papel da empresa e dos membros dela, desde os diretores até o faxineiro é o que permitirá o êxito da Economia de Comunhão.

Alberto Ferruci (2002), um dos responsáveis pela Economia de Comunhão, descreve a necessidade de mudança na postura da empresa para o êxito da Economia de Comunhão:

*“Está cada vez mais claro – e está se tomando um consenso, pelo menos nos locais onde as empresas da Economia de Comunhão se desenvolveram – que estas empresas são um ‘bem social’. Não só porque elas pagam os impostos, geram emprego e dedicam uma parte importante do lucro à formação das pessoas para a fraternidade universal, gerando ‘homens novos’ segundo a lógica do Evangelho; e nem porque uma outra parte do lucro da empresa é destinada para viverem com dignidade e terem esperanças num futuro melhor para os próprios filhos. Mas estas empresas também são um bem social porque o relacionamento fraterno existente entre patrões e empregados demonstra que, até em meio às mil dificuldades da vida, a comunhão é o verdadeiro segredo da realização pessoal. [...] Acredito que a comunhão é também o segredo da inovação e do sucesso econômico. Estas empresas oferecem perspectivas de que um empreendimento pode ser ao mesmo tempo, socialmente útil e economicamente competitivo num mundo onde quase tudo se tomou*

*produto e onde, portanto, se visa só a economia. As empresas da Economia de Comunhão são uma demonstração daquilo que a comunhão pode realizar numa sociedade presa atrás das grades de interesses nacionais e pessoais. Estes se constituem cada vez mais num obstáculo para o desenvolvimento harmonioso de um mundo globalizado” (Ferruci 2002:6).*

A formação de “homem novos”, de pessoas com uma postura diferente diante da vida e das injustiças sociais é o grande desafio da Economia de Comunhão, alias, é o mais importante, pois, como é possível investir na própria empresa e ajudar as mais necessitados, se a mentalidade for a mesma? De que adianta o diretor de uma empresa se dizer adepto da Economia de Comunhão se ele trata mal os seus funcionários?

Eis o desafio da Economia de Comunhão: tocar aqueles que são acostumados apenas a levar vantagem a passar a ter uma mentalidade fraterna, enfim, ensinar a cultura do “dar” aos que só querem tomar. Isto é possível? Se nós acreditarmos e fizermos a nossa parte, sim, será possível.

Uma empresa voltada para o homem, competitiva, honesta, com um bom ambiente de trabalho, que invista no treinamento de “homens novos” e nela própria e que pratique a caridade, estas são as características de uma empresa que se comprometa com ideais da Economia de Comunhão.

Vale a pena transcrever a opinião da Professora Lorna Gold, especialista em Geografia Econômica, da Universidade de Glasgow (Escócia) sobre o funcionamento da empresa sobre o regime da Economia de Comunhão.

*“A Economia de Comunhão não é uma teoria como as que existem hoje, porque não é somente uma técnica econômica. As empresas vivem de modo concreto uma cultura da partilha. E atualmente os acadêmicos, e também os políticos, estão percebendo que o desenvolvimento é uma questão de cultura, tem de nascer das próprias raízes culturais” (Lorna apud David, 1999: 26-28).*

Para Lorna Gold, essa cultura da partilha, que motiva o agir dos empresários, é a base para se compreender a Economia de Comunhão:

*“Talvez as teorias antigas tenham visto a cultura como uma coisa bem definida: mas agora sabemos que ela é uma complexa rede de valores que norteiam uma certa visão do mundo. Esses valores servem de referências para as pessoas. Eu procurei identificar quais as referências que os empresários da Economia de Comunhão possuem” (Ibidem).*

Como principal referência, Lorna identificou a valorização do homem: em vez do lucro a qualquer custo, o ser humano é colocado no centro da economia. E explica:

*"E o que significa isso? Significa que, no dia-a-dia, todas as pessoas com as quais a empresa mantém contato são vistas, antes de tudo, como pessoas. Os empresários da Economia de Comunhão buscam compreender a pessoa; a função que ela desempenha é secundária. E isso é coisa novíssima na economia" (Ibidem).*

A empresa torna-se, gradativamente, uma comunidade, onde as relações de subordinação patrão-empregado mudam sensivelmente.

*"Para ter uma empresa hoje em dia é muito importante ter um ambiente que propicie a criatividade e a inovação. Na história da economia sempre surgiu algo de novo no mercado quando existiram esses fatores. Essa é a grande força da Economia de Comunhão. Além disso, a cultura da partilha provoca profundas transformações na vida pessoal dos empresários: a vida não fica 'setorizada' em trabalho, família, Igreja, etc. Eles conseguem harmonizar os diversos elementos da vida. Não são pessoas generosas só em casa, ou só na empresa, mas são pessoas que vivem com uma única motivação: o amar, a partilha. Nessa perspectiva, é a mesma coisa negociar com um gerente de banco, falar com uma funcionária, brincar com os filhos em casa" (Ibidem).*

Essa nova atitude age dentro do ritmo de trabalho de uma empresa. As empresas da Economia de Comunhão buscam produzir e comercializar seus produtos da melhor forma possível, a fim de obter os lucros a serem compartilhados. Senão, como partilhar aquilo que não se possui?

Outra diferença fundamental em relação às empresas convencionais é que a nova mentalidade trazida pela Economia de Comunhão comporta um compromisso com a justiça social, dentro de uma ética profissional e uma moral cristã. A empresa faz tudo de acordo com a lei, preocupada também em promover a preservação do meio ambiente, e partilhar seus lucros para contribuir na construção de um mundo melhor, mais justo e solidário *"Todas essas coisas, apesar de básicas não são feitas pelas empresas capitalistas. É o amor que esta cultura da partilha que completa a justiça, a justiça torna-se mais humana" (Ibidem).*

Nós perguntamos: Essas pessoas que pregam a Economia de Comunhão têm uma idéia do que estão propondo? Será que elas não vêem que o objetivo é apenas o lucro? Que nada mais importa além dele? Mas, o que é o lucro? É apenas

ganho econômico? Ou é algo mais profundo? Se nós apenas tomarmos e nada dermos ao próximo, será que seremos algo além de sangue-sugas? Será que o real propósito do capitalismo não é gerar riquezas? Aquela concepção metalista que, aparentemente pode não fazer sentido ocupar espaço neste trabalho, aqui se mostra como uma explicação.

O mundo atual continua a ver ouro e prata como os grandes valores. Acumular riquezas, quer sob as formas descritas, quer sob a forma de dólares ou petróleo, ainda é o objetivo. Portanto, a concepção metalista ainda continua a vigorar. É por isso que não há desenvolvimento e sim concentração de renda: poucos detêm o que a maioria não dispõe.

Se quisermos um crescimento cúbico, um crescimento qualitativo, o que caracteriza o desenvolvimento, precisamos mudar mais ainda. Ora, se a geração atual já vê a defesa da ecologia como vital para a sobrevivência do planeta, conceito que antes era visto apenas como idéia de “hippies” ou deslocados ou mesmo sonhadores, por que é tão difícil crer que o amor possa ser introduzido na economia?

Que levará décadas para produzir resultados satisfatórios, isso ninguém dúvida, porém, se não começarmos agora, mesmo que nos ridicularizem, quando haverá algum resultado positivo? E se nos ridicularizarem por ousarmos sonhar, ao menos estaremos em boa companhia, pois estaremos acompanhados de homens como Sócrates, Aristóteles, Platão, Galileu Galilei, Cristóvão Colombo, Thomas Edison, Santos Dumont, Albert Einstein e, principalmente, Jesus Cristo.

Para mudar o mundo não podemos nos importar com o quê pensam de nós quando fizermos o bem. Conta sim, fazermos o bem ao mundo sem a necessidade de reconhecimento alheio. E, se já dispomos de uma maneira de melhorar o mundo, sem destruir o que foi tão arduamente criado, por que não tentar? Por que não dar uma chance à Economia de Comunhão, à cultura do “dar”?

Para finalizarmos, de maneira prática, a caracterização da empresa de comunhão – uma empresa ética, que redistribuí o seu lucro em partes iguais (formação de homens novos, reinvestimento na empresa e caridade), cumpre as suas obrigações fiscais e onde o ambiente de trabalho é harmonioso, transcrevamos as sugestões de Alberto Ferruci para a realização da Economia de Comunhão:

*"Da proposta de Chiara Lubich para uma Economia de Comunhão nasce o convite para a criação de sociedades empresariais – regidas ou não por ações – para a utilização dos instrumentos mais difundidos de agregação de capitais como estruturas produtivas que dêem suporte aos primeiros experimentos da Economia de Comunhão. Essas sociedades, embora respeitando as regras definidas pelas respectivas legislações, deveriam observar também aspectos específicos que enumeramos a seguir:*

1. *Nelas deveria predominar um amplo quadro de acionistas constituído por um grande número de pequenas cotas de ações, embora não se exclua a presença de alguns com cotas importantes;*

2. *A administração e gerenciamento do empreendimento deveriam ser entregues a pessoas profissionalmente competentes e especialmente motivadas pelo novo tipo de Economia de Comunhão, capazes de conquistar a confiança não só dos proprietários da maioria das ações, mas possivelmente da totalidade dos acionistas;*

3. *O comportamento empresarial, sob o aspecto da correção administrativa e fiscal, da política salarial, da segurança e da salubridade do local de trabalho e do impacto sobre o meio ambiente, deveria ser de absoluto respeito à legislação vigente;*

4. *O relacionamento entre trabalhadores, entre direção e trabalhadores, entre empresa e clientes, entre empresa e empresas concorrentes, empresa e administração pública, deveria ser sempre coerente com os princípios da Economia de Comunhão, respeitando-se a competência e a sensibilidade de cada um;*

5. *A gestão econômica respeitaria as regras da eficiência e da produtividade; a empresa deveria, pois, colocar-se em condições de caminhar por si própria, embora permanecendo sempre aberta à intervenção da Providência, como consequência natural do seu novo modo de atuação econômica sobre o qual se baseia.*

6. *Aspecto característico da empresa, para poder afirmar sua adesão à 'Economia de Comunhão', seria a decisão de todos ou, pelo menos, da maioria dos acionistas, de empregar os lucros não indispensáveis à consolidação da empresa na ajuda aos 'últimos' e na formação das novas gerações nesta 'cultura do dar'; formação que seria realizada de várias formas, entre as quais certamente aquela através das 'cidadezinhas-modelo', que seriam consideradas cada vez mais como o coração dessa nova economia;*

7. *Uma forma preciosa e prioritária de a empresa ajudar os 'últimos' seria a criação para eles de uma atividade produtiva. Uma maneira eficiente de empregar lucros em favor deles poderia, portanto, resultar na criação de atividades produtivas com uso de mão-de-obra, que de outra forma seriam descartados, em razão de sua rentabilidade econômica limitada, embora segura.*

8. *Considerando que, com o tempo, ocorrerá que algum sócio, por vontade ou por necessidade, queira receber todos os lucros que lhe cabem, ao reaver o capital investido, ou que os herdeiros possam ter idéias diferentes dos pais, e para respeitar também uma das características essenciais da Economia de Comunhão, que é a liberdade dos que nela 'investem' seus recursos, eles deveriam, com o tempo, poder dispor dos seus bens, portanto, as cotas da sociedade devem manter um valor de mercado, o que seria impossível se a decisão de distribuir os lucros não tivesse um prazo definindo; conseqüentemente, esta decisão deverá ser renovada a cada ano por todos os sócios, a quem a sociedade deverá assegurar a liberdade 'efetiva' de receber sua parte nos lucros, caso a decisão tenha sido nesse sentido; do contrário, criar-se-ia um pequeno sistema econômico próprio, separado da economia de mercado, o que dificulta a difusão da Economia de Comunhão" (Ferruci In Costa, Araújo, Biela et alii, 1988 :84-86).*

A essência da Economia de Comunhão é a mudança de postura do homem, o resgate da sua dignidade, através da prática do amor e do respeito ao próximo, enfim, é a cultura do "dar".

Transformar a empresa é transformar o homem que está nela. Um "homem novo", que cumpre com suas obrigações fiscais, ajuda ao próximo, respeita e estimula o desenvolvimento de todo o potencial de seus funcionários, investe na empresa e faz o sistema econômico ser mais justo e eficaz.

Tentamos mostrar que a Economia de Comunhão é mais que uma mudança econômica, que ela é uma mudança de postura empresarial, com uma renovação espiritual e uma postura social dentro e fora da empresa, que se torna mais humana e que produz resultados efetivos e transforma o mundo de maneira positiva, ou melhor, gera progresso, que, a longo prazo, produz o desenvolvimento e uma melhor distribuição da riqueza; é uma opção viável e que deve ser adotada.

Agora, vejamos exemplos práticos da Economia de Comunhão e os seus resultados.

## **2.5 Exemplos Práticos**

A experiência da Economia de Comunhão já está produzindo frutos em todo o mundo.

Além da descrição da Economia de Comunhão e do modelo de empresa necessário se faz apresentarmos resultados. A Economia de Comunhão é uma experiência real, que, através do amor e da confiança, princípios necessários para uma boa vida, porém desprezados pelos economistas, tenta criar uma nova visão ética de conduta para o capitalismo. É uma busca por um mundo melhor que já se espalha mundo afora, partindo do Brasil, através de Chiara Lubich e o Projeto Araceli. Ele já conta com 99 empresas, sendo 5 próximas à Mariápolis Araceli (SP) e as outras espalhadas pelo Brasil.

No mundo, segundo Ferruci (1998:34-35), os números da Economia de Comunhão estão assim distribuídos:

América do Norte	{	45 empresas
		8 atividades produtivas
		1 congresso
	}	16 famílias ajudadas
Itália	{	178 empresas
		61 atividades produtivas
		29 teses de doutorado
		5 congressos
	}	272 famílias ajudadas
Outros países da Europa Ocidental	{	133 empresas
		22 atividades produtivas
		8 teses de doutorado
		2 congressos
	}	143 famílias ajudadas
Argentina	{	36 empresas
		10 atividades produtivas
		1 tese de doutorado
		4 congressos
	}	799 famílias ajudadas
Países do Leste Europeu	{	54 empresas
		1 tese de doutorado
		2 congressos
	}	1421 famílias ajudadas
Ásia	{	32 empresas
		5 atividades produtivas
		2 teses de doutorado
		2 congressos universitários
	}	976 famílias ajudadas

Outros países da América Latina	{	34 empresas
		12 atividades produtivas
		1 tese de doutorado
		2 congressos
		537 famílias ajudadas

África	{	4 empresas
		5 atividades produtivas
		1079 famílias ajudadas

Oriente Médio	{	2 atividades produtivas
		282 famílias ajudadas

Austrália	{	7 empresas
		53 famílias ajudadas

Já temos uma idéia sobre o que é a Economia de Comunhão, como a empresa deve se portar ao adotar os princípios da Economia de Comunhão. Agora é o momento de observamos algumas experiências práticas.

### 2.5.1 Mariápolis Araceli

A idéia de dividir os lucros em três partes – caridade, investimentos na empresa e formação de “homens novos” não surgiu ao acaso. Foi elaborada pelos Focolares, através de Chiara Lubich. Os Focolares são membros da Igreja católica que decidiram vivenciar o amor e o estilo de vida dos primeiros cristãos, que tudo dividiam. Eles perceberam que o melhor caminho para modificar o mundo é vivenciar plenamente o amor. Durante encontros realizados no início dos anos sessenta, nas montanhas Dolomitas, na Itália, no período de férias, estes cristãos vivenciaram plenamente o amor fraterno. Como eles desejavam que este espírito durasse mais tempo que apenas as férias e inspirados também na visão da abadia beneditina de Eiuswedeln, na Suíça, onde os monges ainda hoje habitam, estudam e trabalham,

eles decidiram criar um novo tipo de cidade. Uma cidade onde o amor fosse a força dominante, baseada nos mesmos princípios cristãos dos primeiros momentos da Igreja. Começaram, então, a sua obra.

Lopiano, Itália, surgida no ano de 1964, foi a primeira cidade criada com este espírito: o espírito cristão renovado.

Mariápolis é o nome que antecede a cada cidade-país, o movimento é dedicado a Maria, é obra de Maria. Também chamada de “cidade-evangelho”, “cidade-vida”, “cidade-industrial”, “cidade sobre o monte”, “cidade-igreja”, “cidade-Maria” ou “cidade-modelo” porque reflete cada uma das facetas que deve ter uma cidade: ser cheia de vida, vivenciar o evangelho, hospedar o povo de Deus, a devoção do movimento a Maria, a necessidade de industrialização e formação de homens novos.

E esta experiência espalhou-se pelo mundo afora. No Brasil, em 1972, foi inaugurada a Mariápolis Araceli por Chiara Lubich, recebendo este nome em homenagem a uma focolarina espanhola, morta dois anos antes.

A criação desta Mariápolis foi obra de Deus, pois, aqueles que desejavam construí-la não dispunham dos recursos econômicos para tanto. Primeiramente, quanto ao imóvel, perceberam que não teriam como pagá-lo; só que tiveram ajuda do corretor, que desistiu da sua comissão e a doação de um salário de uma jovem, cujo valor equivalia ao das prestações. Com estes recursos compraram-no em 1967.

Da venda de verduras em São Paulo, realizada através de transporte emprestado, conseguiram recursos suficientes para desenvolver uma atividade econômica que, com a ajuda de outros membros do movimento focolarino, cinco anos depois, inauguravam a Mariápolis Araceli, com a presença de Chiara Lubich.

Dispõe de 400 habitantes, com toda as características de uma cidade pequena: igreja, campos esportivos, locais de trabalho, escolas, ruas. É composta por habitantes de todas as idades e realidades sociais.

Paul Singer descreveu a experiência de centenas de pessoas que dividem e vivem a mesma experiência econômica e religiosa, sob o prisma da comunhão, dividindo, inclusive os mesmos bens de consumo como *“uma coisa surpreendente e muito encorajadora”* (Faro; Gaspar; Lubich, 1999:21-27).

Este espírito de comunhão precisa ser descrito neste trabalho como o primeiro exemplo prático da Economia de Comunhão no Brasil.

### **2.5.2 Eco-Ar**

A Eco-ar é uma empresa de produtos de limpeza, que vende amaciantes de roupa e adota os princípios da Economia de Comunhão. Tudo começou quando Ercília Teixeira Fiorelli, que voltava de um dia de trabalho duro, passou em frente a uma favela e percebeu que tinha de fazer algo para mudar a realidade daqueles que eram pobres e desamparados.

Em um galpão de 40 m<sup>2</sup> iniciou-se a produção de amaciantes. A entrega era doméstica, a indústria pequena, mas a fé em Deus era imensa. Dois anos após a inauguração, mudou-se do pólo empresarial Espartano, próximo a Mariápolis Araceli, para um galpão de 300 m<sup>2</sup>. Apesar das dificuldades de custo, a qualidade do material vendido atraiu a clientela (supermercados como o Extra, Carrefour, etc.)

A seriedade da Eco-Ar, empresa que adota os princípios da Economia de Comunhão, levou a UNICAMP a procurá-la, interessada que estava em seus produtos, por considerá-los os melhores do mercado.

Ao invés de cortar gastos com fornecedores por acreditar que eles estavam cobrando muito ou demitir funcionários por considerá-los inadimplentes, a Eco-Ar procura oferecer uma comunicação maior com eles. Ao adotar o amor, a sociedade e a confiança, ao distribuir os lucros de maneira proporcional – parte para a empresa, para a caridade e para a formação de “homens novos” – a empresa destacou-se no mercado e provou que, com fé, uma política humana e trabalho duro tudo é possível (Faro, 1999:24-25).

### **2.5.3 Policlínica Ágape**

A Policlínica Ágape é uma clínica formada por um grupo de profissionais da área de saúde (médicos, farmacêuticos, dentistas, auxiliares de enfermagem), baseada nos princípios da Economia de Comunhão. Ao invés de competirem uns com os outros decidiram que iriam realmente atuar em espírito fraterno, ajudar ao próximo e formar “homens novos”.

Assim, e com a doação de uma jovem médica que recebera uma herança e resolvera aplicar na clínica e com o amparo de outra sócia que doou o equipamento ginecológico nasceu a Policlínica Ágape, que iniciou como laboratório de análises clínicas e consultório de pediatria, uma sociedade civil cujo capital inicial foi dividido em 30 cotas, com sede na cidade de Vargem Grande Paulista (município onde está a Mariápolis Araceli, sede do projeto de Economia de Comunhão, surgido em 1991).

A inauguração da empresa, com a plena atividade dos consultórios médicos, deu-se em novembro de 1992 e a do laboratório de análise ocorreu em 4 de janeiro de 1993.

A atenção ao paciente, o tratamento com amor e a ajuda aos pobres serviram para diferenciá-la das outras clínicas. Além disso, a empresa cumpre as suas obrigações fiscais, o que é raro hoje em dia. Em parceria com o Banco do Brasil, realizou uma campanha de orientação ao diabético, cujos dados foram enviados para a Secretaria Municipal de Saúde, como uma forma de ajudar a Prefeitura.

A preocupação com o ser humano, o espírito de equipe, o amor a Deus e ao próximo e a caridade têm sido o fator diferencial desta empresa, desta clínica, um exemplo do potencial da Economia de Comunhão (Bonfim, 1995:26-27).

#### **2.5.4 FEMAQ**

A FEMAQ – Fundação, Engenharia e Máquinas é uma empresa pioneira, que segue os princípios da Economia de Comunhão, mas que, desde a sua fundação, no ano de 1966, pelo alemão Kurt Leibholz, destaca-se pelo espírito solidário. Kurt havia chegado ao Brasil no ano de 1937, como fugitivo da fúria nazista que havia dizimado sua família. Sua empresa atualmente é competitiva. Ela lidera o ranking das empresas produtivas de peças de grande porte (até 30 toneladas).

É composta de 80 funcionários, os quais são diretamente beneficiados pelos lucros, pois, a FEMAQ destina a eles uma participação real nos lucros e não apenas um pagamento em dinheiro, como fazem outras empresas. Conforme os diretores, R\$15.000,00 dos lucros são destinados à empresa e R\$6.000,00 para a Economia de Comunhão. Atualmente, a FEMAQ produz 101 toneladas de aço por

homem ao ano, e está à frente da média brasileira (35 t/h), americana (66 t/h) e japonesa (75 t/h).

A preocupação com o meio ambiente rendeu à FEMAQ o Certificado de Participação Prêmio de Mérito Ambiental 2001, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), recebido em junho de 2001.

Na FEMAQ a política produtiva é a de evitar desperdícios. Há o reaproveitamento de 90% dos resíduos e os 10% restantes servem à produção de blocos de cimento para a construção civil, tudo isso se faz pela utilização de um aparelho reaproveitador, que recupera as substâncias químicas da areia a serem utilizadas.

O diretor da FEMAQ, Rodolfo Leibholtz, tem a seguinte opinião sobre a Economia de Comunhão:

*“Com a Economia de Comunhão adquirimos uma convicção inabalável de que devemos prestar contas a Deus pelos talentos e bens que recebemos. Mas não podemos, por exemplo, apresentar um relatório a Ele. Não. Nos devemos fazer essa prestação aos funcionários, aos clientes e fornecedores nossos. A ajuda aos necessitados fecha o ciclo. É um caminho árduo. Está aí todo o sistema capitalista convencional contra nós. Mas é assim que nos realizamos plenamente, como empresários, como filhos de Deus” (Benites, 2001:8-9).*

### 2.5.5 Loppiano Pizza

Tamanho é o potencial da Economia de Comunhão que até uma pizzaria já foi montada, adotando os seus princípios. Ela é fruto do desejo de Lourdinha e Rogério de construir uma vida nova, em face das tragédias que passaram na vida.

A Loppiano Pizzaria localiza-se em Manaus e já conta com duas lojas, uma franquia – “Loppiano Expresso” – que trabalha com entregas e uma loja virtual – [w.w.w.loppiano@com.br](mailto:w.w.w.loppiano@com.br) e as possibilidades de expansão são imensas.

Tudo começou quando Lourdinha e Rogério ainda eram namorados. Ela havia, em 1991, no mês de maio, participado, na Mariápolis Araceli, do encontro promovido por Chiara Lubich, onde esta lançou a idéia da Economia de Comunhão, propondo que o lucro da empresa fosse dividido em três partes – para investimento nela mesma, na formação de “homens novos” e para caridade.

Construir uma empresa nestes moldes deixou Lourdinha interessada, mas Rogério só veio a aceitar a idéia depois que o casal passou por um momento difícil: a perda de seus gêmeos, que morreram prematuramente. Naquele mesmo ano, ele pediu demissão do trabalho que tinha no maior Shopping Center da cidade, como Gerente de Marketing. Rogério percebeu que era o momento de mudar, de deixar de ser um cristão apagado. O Genfest, encontro do movimento focolares para jovens foi que proporcionou a grande reflexão. Ele sabia que, inicialmente, deveria se doar mais para Deus. Durante uma caminhada com um amigo percebeu que era o momento de conciliar o seu talento como administrador com o espírito evangélico.

Rogério estagiou um mês em São Paulo e, com Lourdinha, investiu tudo o que tinha na pizzaria. Alugaram uma casa e, no dia 6 de abril de 1994, a Loppiano Pizza foi inaugurada. Espírito comunitário era e é a palavra-chave nesta pizzaria. Um novo estilo de administração que é a essência da Economia de Comunhão.

Na Loppiano Pizza, quando um funcionário, por exemplo, precisa de ajuda para custear um tratamento de saúde, todos os outros se sensibilizam e o ajudam.

Os funcionários se reúnem uma vez por mês para, abertamente, discutir os problemas da empresa, comemorar aniversários e ler a palavra de vida (um trecho mensalmente extraído do Evangelho para ser vivido concretamente no dia-a-dia). Recentemente, Ocieli Paiva Ribeiro, que era caixa de uma das lojas, tornou-se o terceiro sócio da Loppiano Pizza.

O depoimento de Lourdinha sobre a Economia de Comunhão é bastante significativo: *“Acreditamos que a Economia de Comunhão é um projeto divino que não depende somente de decisões políticas ou do sistema econômico. E isso podemos afirmar porque experimentamos diariamente a presença de Deus na nossa empresa, por meio de sua providência”*. Seu marido e sócio Rogério, complementa: *“Tentamos viver melhor a cada dia o espírito da Economia de Comunhão, tenho a impressão de estar sendo um autêntico cristão e de contribuir para a formação de um mundo novo”* (Barbosa, 2001:8-9).

### **2.5.6 Banco Kabayan**

Muitos consideram o sistema bancário como o maior mal existente, depois

do capital especulativo (que é aplicado em bolsas de valores e que pode deixar qualquer país ,a qualquer momento). O Banco Kabayan é exemplo de um banco que aplica os princípios da Economia de Comunhão.

Tudo começou quando dois empresários filipinos, Francis e Tereza Ganzon ,donos de uma grande fazenda voltada para a criação industrial de suínos, adquiriram o controle de um banco que ocupava o 160º lugar na classificação das instituições locais. Um banco de pequeno porte que estava prestes a passar por uma verdadeira revolução. Com o apoio da Ancilla, empresa de consultoria gerencial, especializada no setor bancário, que adota também os princípios da Economia de Comunhão, o casal procurou reformular o Banco. O primeiro passo já havia sido tomado: era adotar os princípios da Economia de Comunhão, ou seja, a humanização do banco e a divisão do lucro em três partes (formação de "homens novos", reinvestimento da empresa e caridade).

O segundo passo foi um verdadeiro desafio: reformular o quadro de pessoal, de maneira a compô-lo de indivíduos que adotássemos princípios da Economia de Comunhão como modelo de vida. Após a formação e capacitação dos seus funcionários, o passo seguinte era estabelecer um contato com a população, estimulando aos habitantes dos bairros mais carentes a formarem poupanças. A seguir, foi lançado um projeto de concessão de pequenos empréstimos, sem a necessidade de garantias, principalmente junto às mulheres. Três anos após, o volume de negócios aumentou seis vezes, bem como o número de funcionários, que passou de 20 para 80. Passados oito anos da sua reinauguração, o banco ocupava o 3º lugar na classificação dos bancos rurais filipinos e contava com oito filiais e 150 funcionários.

Porém, os seus proprietários queriam mais, pois sabiam do potencial da Economia de Comunhão, que prioriza os relacionamentos de qualidade com as pessoas envolvidas, sejam fornecedores, clientes, concorrentes, administradores, empresas públicas, etc, e dedica atenção aos mais necessitados. Decidiram que os funcionários teriam a possibilidade de se tornarem sócios e de participar dos lucros da empresa. E assim foi feito.

O grande desafio para o Banco Kabayan veio durante a crise financeira de 1997, que começou na Indonésia e se estendeu para a Tailândia, Coréia, Malásia

e Filipinas e que provocou a desvalorização do peso, a moeda das Filipinas, bem como a falência de todos os bancos excessivamente comprometidos com dívidas externas.

Foi um momento árduo para o Banco Kabayan e todos os seus membros. Numa só tarde foram sacados 5 milhões de pesos de uma filial. Porém, no final da mesma tarde, para alívio geral, 6 milhões de pesos foram depositados em outra filial.

O espírito da Economia de Comunhão se fez presente nos funcionários que procuravam acalmar os clientes a todo custo; uma funcionaria, inclusive, chegou a se responsabilizar pessoalmente perante uma cliente apavorada e idosa, garantindo que ela não iria perder a sua poupança. O que se observava, o fator que diferenciava o Banco Kabayan dos outros, durante a crise, era a postura de seus membros: os sócios não se apavoraram e permaneceriam fiéis. Eles não venderam as suas ações no momento difícil. Os funcionários procuravam passar confiança à população. Todos estavam envolvidos por uma espiritualidade maior e deram aos clientes do banco o que eles mais precisavam naquele momento: conforto, paz e confiança.

A solução para a crise veio pela Internet. O casal Thomas e Tereza Gazon lançou um apelo a todos os que acreditavam nos valores da Economia de Comunhão para que ajudassem o banco, emprestando-lhes capitais suficientes para honrar os seus compromissos.

Um banco holandês (também ligado ao projeto da Economia de Comunhão) decidiu reunir-se com o casal, pois, acreditava que poderia ajuda-los.

O resultado da reunião foi um sucesso: o casal obteve financiamento e, mais ainda, foi estabelecida cooperação em setores de interesse comum, em particular, no desenvolvimento de tecnologias alternativas, um assunto que muito interessava ao Banco Holandês, carente de parcerias confiáveis.

O Banco Kabayan foi, então, o primeiro banco rural a conseguir um acordo de cooperação e colaboração com um grande banco europeu (Ferruci. 1999:24-25).

### 2.5.7 A Argentina e a Economia de Comunhão

O momento atual da Argentina é o pior de sua história. Há uma crise econômica, sim, mas a principal ameaça é a falta de fé. O povo argentino perdeu a crença em si mesmo, em seus líderes e no seu potencial. A arrogância que os movimentou por décadas a fio, quando eles se consideravam o melhor povo da América Latina finalmente cobrou o seu preço.

Os argentinos tinham sucateado todo o seu parque industrial no decorrer das três últimas décadas, quer deixando de moderniza-lo, quer privatizando-o e não aplicando corretamente o dinheiro angariado. Mantiveram uma paridade artificial com dólar, impossível de se sustentar, pois não havia ouro nem reservas em dólar suficientes para tanto.

Existem pessoas que estão buscando retirar a Argentina da atual crise em que se encontra mergulhada. É o momento de falar delas e de como a Economia de Comunhão está se instalando no país vizinho.

Segundo Barlocchi (2002) há na Argentina, desde 1992, num terreno de 34 hectares, uma Mariápolis chamada O'Higgins, um pólo de Economia de Comunhão – o pólo empresarial solidariedade. Assim como o projeto brasileiro, ele procura construir empresas que respeitem o funcionário, que partam o lucro em três partes – empresa, formação de “homens novos” e caridade, que cultivem o amor fraternal como antídotos contra o individualismo exagerado que vivemos.

O pólo é administrado pela Unidad y Desarrollo S.A. – Unidesa e conta com várias empresas, entre as quais destacamos as seguintes:

1. **Laboratório Malcandi** foi uma das primeiras empresas a adotar a Economia de Comunhão e existe há quarenta anos. Os seus Proprietários têm um imenso desejo de ajudar aos menos favorecidos. Prepara-se para abrir uma filial em Soledad..
2. **Fagaril**, um ateliê de artesanato em ferro forjado, de propriedade de Jorgelina Perin, Elba Onetto Roxana e Nestor Fenarotti, que buscam se tornar uma fonte de trabalho estável num país caótico. O ateliê produz lustres, mesas e objetos diversos, pintados por seus proprietários.

3. **Primícia**, de propriedade de Pepe Marin, dispõe de 3,5 hectares de terras cultivados com hortaliças, uma empresa voltada para a produção agrícola, simples, porém formada de pessoas que acreditam e trabalham duro, seguindo os princípios da Economia de Comunhão.
4. **Lanin**, de propriedade de Luís e Hector Muñoz, voltada para a produção de artefatos para iluminação. Eles estão entre as primeiras empresas que iniciaram o pólo e, apesar da crise atual, permanecem fiéis aos princípios da Economia de Comunhão (Barlocchi, 2002:17-19).

A finalidade deste capítulo foi mostrar, de maneira breve, o que faz a Economia de Comunhão e as Empresas que adotam os seus princípios funcionarem bem, baseados na fé e no amor. Não são máquinas suntuosas que fazem a economia funcionar, mas as pessoas e o desejo sincero de serem diferentes, de maneira construtiva, que tornam estas empresas tão especiais. A trilha que elas terão que enfrentar é por demais longa e incerta. Os perigos são enormes, pois ter escrúpulos, quando mais ninguém os tem, é um desafio.

Por outro lado é esta disposição para construir um mundo melhor, substituindo o egoísmo pelo amor, que diferencia as empresas que adotam a Economia de Comunhão. São as pessoas que constituem as empresas que fazem a economia funcionar, quer ela seja capitalista comum ou que adote o modelo da Economia de Comunhão. Se nós pararmos para pensar, o mundo não é composto de máquinas, mas de pessoas que as comandam e este é o grande desafio: modificá-las. O propósito da Economia de Comunhão também é gerar esperança em um amanhã melhor. Empresas voltadas para o homem e não para a busca desenfreada do lucro. Empresas que sabem como amparar os necessitados nos momentos difíceis. Empresas onde o espírito dominante é o do trabalho em equipe, do companheirismo, onde as pessoas procuram, ao invés de destruir umas as outras, ajudarem-se nos momentos difíceis. Empresas que buscam tratar com respeito as concorrentes e, se observado que estas tem boas intenções, ajudá-las nos momentos difíceis, bem como ajudar os fornecedores também. Empresas que respeitam os clientes procurando facilitar-lhes as oportunidades sem destruí-los com preços exorbitantes. Empresas que pagam impostos e respeitam as leis de um país, por mais duras que sejam.

E deste tipo de empresa que o mundo precisa. É deste tipo de empresas que a Economia de Comunhão é composta. Foi deste tipo de empresa que procuramos dar testemunha neste capítulo. Elas existem e com a sua ajuda, podem tornar o mundo o lugar que todos sonhamos e desejamos

## 2.6 A Economia Solidária & A Economia de Comunhão

Existe uma experiência nova, similar à Economia de Comunhão, que merece ser analisada neste trabalho, ainda que de maneira breve, é a Economia Solidária.

Economia solidária ou socioeconômica é *“uma alternativa auto-capitalista ao desemprego, percebendo que, mesmo assim, ela não se dá independente da dinâmica capitalista”* (Nogueira; Correia; Soares, 2000:40). É uma tentativa de gerar empregos alterando a situação crítica provocada pelo neoliberalismo que, com a preferência pela automação e a estabilização da moeda gera um contingente de desempregados nunca antes visto na história. De certo que a automação é necessária, pois, se são descobertas novas formas de produção, mais eficazes, elas devem ser utilizadas. Não é possível deter ou represar o rio do progresso, porém, se não houver uma massa elevada de empregados, quem consumirá?

Assim como a Economia de Comunhão a Economia Solidária busca resolver o problema do desemprego. O objetivo de ambas é semelhante – proporcionar aos que não tem esperança alguma de emprego a inserção na sociedade.

O coordenador da pesquisa sobre Economia Solidária no Ceará, o economista Aécio Alves de Oliveira afirma que aquilo que se busca com a sócio-economia *“é a construção de uma pedagogia que possibilite a percepção de que um outro mundo; da não exploração, da auto-gestão e da cooperação é possível* (Monteiro, 2002:27). Um mundo em que se possa estabelecer uma interlocução entre homens e natureza. Para isso, o economista acredita ser preciso desenvolver uma consciência coletiva. *“A pesquisa demonstrou que quando ela existe, as pessoas se auto administram”* (Ibidem).

Enfim, podemos dizer que a Economia Solidária é um *“sistema econômico-social baseado em formas associativas e empresas solidárias, sem fins*

*lucrativos sustentado pelos valores e princípios do cooperativismo e mutualismo”* (Ibidem).

Os princípios básicos desta economia são:

- Solidariedade, cooperação e democracia.
- A supremacia do trabalho sobre o capital.
- O trabalho associado como base de organização da empresa
- A propriedade social dos meios de produção por parte dos trabalhadores, proprietários e gestores da empresa.
- A supremacia do serviço, do bem social e da igualdade sobre o benefício e o acúmulo individual, o lucro e a mais valia
- A integração entre as unidades e organizações da economia solidária.

A associação, a formação de redes de consumo, com independência e moeda próprias, aberta a todos os que delas desejem participar, sem governo – livre e anárquica como a Internet – mas que gere trabalho para todos e ofereça uma alternativa ao individualismo exagerado dos dias atuais é a proposta da Economia Solidária.

Vejamos a descrição desta mudança, como foi proposta por Nogueira, Correia e Soares;

*“...nessa ótica é que o autor coloca a fundação de cooperativas de proteção e de consumo como uma maneira de criar o novo setor de reinserção produtiva do qual fariam parte e se associariam a massa dos sem trabalho e os que sobrevivem com trabalho incerto, pois para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se inserir na economia por sua própria iniciativa. A criação desse novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para os seus produtos daria essa oportunidade”* (Nogueira; Correia; Soares, 2000:17-19).

Para Paul Singer, *“o compromisso básico dos cooperados seria o de dar preferência aos produtos da própria cooperativa no gasto da receita obtida da venda de seus produtos a outros cooperados”* (Singer, 2000:123).

Para a proteção do mercado poderia ser criada uma moeda própria que só teria validade para pagar produtos do novo setor, o que é necessário para as

pequenas empresas alcançarem a viabilidade. Quanto mais diversificado o novo setor, tanto maior seria o mercado à disposição de cada empresa que o compõe.

A cooperativa de Economia Solidária deve contar, desde o início, com o apoio e patrocínio do poder público municipal, dos sindicatos de trabalhadores, das entidades empresariais progressistas e dos movimentos populares. Este patrocínio será necessário para conferir à cooperativa o prestígio e a adesão de grande número de desempregados; além disso, o apoio do poder público será indispensável para criar instituições de ajuda à cooperativa, sendo a mais importante o "Banco do Povo". Este será uma instituição para garantir crédito às pequenas empresas e aos trabalhadores por conta própria que não têm propriedade para oferecer garantia, como nos empréstimos dos bancos oficiais. Em lugar dessas garantias, o "Banco do Povo" poderá organizar grupos solidários, que poupem em conjunto e se responsabilizem solidariamente pelo pagamento dos empréstimos concedidos a seus membros.

Para que o novo setor da Economia Solidária dê certo, o mercado protegido não é condição suficiente, embora necessária. O objetivo almejado deve ser a criação de novas formas de organização da produção com lógica "includora", ou seja, capacitada e interessada em acolher sem limites novos cooperados e que ofereça a estes uma chance real de trabalhar com autonomia e de ganhar um rendimento suficiente para ter um padrão de vida digna. Para alcançar este objetivo maior, será preciso adicionar ao mercado protegido o crédito solidário, a formação profissional e o aperfeiçoamento técnico continuado, além de serviços comunitários, como instâncias de arbitragem de disputas, câmaras que facilitem o entrosamento de empresas complementares das cadeias produtivas, centros de pesquisa e de projetos, incubadoras e novas empresas etc.

O ponto de partida da Economia Solidária é o reconhecimento de que a causa maior da debilidade da pequena empresa e do autônomo é o seu isolamento. *"O pequeno só é pequeno porque está sozinho. Quando muitos pequenos se unem formam um gigante"* (Singer, 2000:123).

A idéia de criar uma Economia Solidária significa "organizar" unidades de produção, em geral, pequenas em função delas mesmas e não de um grande capital centralizador. Em outras palavras, a cooperativa desempenhará o papel de uma

grande franqueadora múltipla, atuando em qualquer setor, mas que será possuída e comandada pelos próprios franqueados.

Segundo Singer (2000: 125),

“em princípio a cooperativa deveria aceitar qualquer membro que quisesse se associar, inclusive empresa com assalariados, porque ela também gera empregos e portanto serve ao fim maior da cooperativa, qual seja o de resolver o problema do desemprego. [...] O que se pode concluir do que foi colocado até agora é que a economia capitalista é um espaço livre para a experimentação organizacional, mas o jogo competitivo capitalista tem um claro viés a favor do grande capital, favorecendo-lhe com as melhores e maiores oportunidades de acesso a novos capitais, exercendo, influência sobre decisões de política econômica em favor de seus interesses” Singer (2000: 125).

Sendo assim, a Economia Solidária deve ser um outro espaço livre também para a experimentação organizacional, pois só o ensaio e o erro podem possibilitar a descoberta dessas novas formas de organização que melhor atendam ao consumidor bem como ao produtor. *“Se essas novas formas forem encontradas – e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista- haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção”* (Singer, (2000: 125)

Para caracterizar a Economia Solidária não precisamos ir muito longe. Em Fortaleza existe uma instituição – Banco Palmas – que funciona adotando os princípios do modelo econômico em questão. O banco está localizado no Conjunto Palmeiras, um bairro voltado para a população menos favorecida da cidade de Fortaleza/Ce, na zona sul, a 20 km do centro da cidade e com uma população em torno de 30.000 pessoas, sendo que 80% possuem uma renda familiar que não ultrapassa dois salários mínimos.

O Banco Palmas foi criado pela ASMOCOMP – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, no dia 20 de janeiro de 1996. Instalado em uma pequena sala localizada na sede da Associação, começou suas atividades com um capital de R\$2.000,00 (dois mil reais), emprestados pela CEARAH Periferia, uma ONG local. É totalmente administrado e gerenciado pelos líderes comunitários do bairro. Começou com apenas duas pessoas na gestão do Banco; atualmente, conta com cinco líderes comunitários que se revezam no atendimento à população.

Do empréstimo inicial e com apenas 10 clientes o banco evoluiu, recebendo recursos a fundo perdido da cooperação internacional, através da OXFAM e da GTZ PRORENDA.

A assessoria técnica prestada pelo CEARAH Periferia, as experiências anteriores da Associação junto ao projeto PRORENDA e o conhecimento empírico de diversos comerciantes e produtores do bairro forneceram a capacidade técnica necessárias para o banco funcionar.

*“A filosofia central do banco está voltada para equilibrar a produção com o consumo local através de uma rede de solidariedade entre os moradores. O banco popular possui uma linha de microcréditos destinada àquelas pessoas que querem criar ou ampliar um pequeno negócio e outra linha que financia a quem quer comprar aos produtores do bairro. Desta forma fica facilitada a venda das mercadorias dos pequenos comerciantes e produtores da comunidade, fazendo a renda circular no próprio bairro, promovendo, assim o crescimento econômico” (Nogueira; Correia; Soares, 2000:33).*

Para ser feito um empréstimo no Banco Palmas não é necessário ter experiência de trabalho e nem documento de identidade. Tudo que é necessário é que o interessado seja integrante da Associação e reconhecido pelos vizinhos como uma pessoa honesta e trabalhadora.

*“Para um crédito de R\$ 300,00 são aplicados juros mensais de 2%. A taxa de inadimplência do Palmas fica sempre na média de 1 a 3%. Quando um cliente paga seu primeiro crédito, é considerado cliente especial e tem direito a receber outra quantia, de até R\$ 500,00, com juros de 2,5% ao mês. O Banco Palmas é um sistema de financiamento solidário, que atua com capital solidário, produção sustentável, consumo ético e comércio justo. O destaque, dentre os produtos oferecidos pelo Banco Palmas é o Palma Card, um cartão de crédito válido apenas em compras em lojas cadastradas do bairro. Cada cartão tem o valor inicial de R\$20,00, podendo este cartão chegar a R\$100,00. Não é cobrada taxa pelo cartão e o pagamento é feito após 30 dias no banco popular. 94 postos de venda, como farmácias, mercadinhos, confecções e movelaria, estão credenciados” (Monteiro, 2002:26).*

Conforme podemos observar, apesar de diferentes os modelos, as Economias de Comunhão e Solidária têm objetivos em comum: a construção de um mundo melhor e o resgate do homem. Comparemos os modelos para, então, assumirmos um posicionamento.

Como já dissemos anteriormente, a Economia de Comunhão prega a cultura do “dar”: dar amor, apoio e confiança; amor porque este é o princípio que

deve nortear as relações humanas; apoio porque é o trabalho em equipe que melhora o homem e, não, o individualismo exagerado; confiança porque sem ela não existe trabalho em equipe e amor. A empresa que segue os princípios da Economia de Comunhão é uma empresa ética, que respeita os seus funcionários, concorrentes e governo ao qual está submetida.

Ao transformar a sua postura, de individual a social, a empresa que funciona sob o modelo de Economia de Comunhão se destaca das demais. Ela busca o homem, ao partilhar o lucro com os seus empregados, transformando-os em homens novos, ao investir nela mesma e ao praticar a caridade. É uma empresa que acredita que o lucro não é apenas monetário, mas espiritual.

Já a Economia Solidária ou Sócio-Economia Solidária busca o comércio ético, aquele pautado na solidariedade, no senso crítico. Prega o respeito quando se negocia, acredita na honestidade e na busca de alternativas aos desmantelos de um sistema excludente. Procura criar novos empregos, para gerar novas empresas, tendo como alternativa ao individualismo exagerado de nossos dias a solidariedade.

A Economia Solidária é formada por empresas que atuam em regime cooperativo. São cooperativas que negociam umas com as outras formando uma extensa rede, muito similar à Internet.

A adoção de moeda própria, como no exemplo do Conjunto Palmares (a moeda do bairro, como dissemos, é o "Palmares") é uma característica das empresas da Economia Solidária. Além disso, elas buscam atuar em rede, buscam gerar novos empregos, desenvolvem um comércio crítico (comércio racional, diferente do comércio compulsivo, que é o ato de comprar de maneira irracional) e pregam a confiança, como alternativa ao individualismo da economia capitalista tradicional (novamente o caso do "Banco Palmas", onde, para conseguir um empréstimo é necessária uma boa reputação ou indicação de uma pessoa que ateste pela reputação do morador).

Já a Economia de Comunhão tem uma virtude poderosa: ela busca desenvolver a espiritualidade do homem, como ponto de partida para a transformação do mundo. Os seus autores perceberam que, qualquer que seja a forma de produção, se o homem não dispuser de valores éticos, cedo ou tarde esta forma de produção fracassará.

Por outro lado, os defensores da Economia Solidária pregam a criação de uma economia paralela à economia capitalista tradicional, como alternativa ao modelo atual. E esta deverá crescer até substituir o modelo vigente; contudo, é uma economia que deve ser fundamentada na solidariedade, no comércio em rede e no resgate da dignidade humana.

Estas são as virtudes dos dois modelos. Porém, há fraquezas que precisam ser trabalhadas e, quem sabe, se houver contato e boa vontade, os dois modelos possam trabalhar em equipe, em conjunto.

A Economia de Comunhão, sob certo prisma, é tímida no intercâmbio comercial entre seus próprios seguidores. Por sua vez a Economia Solidária fraqueja quando não trabalha a espiritualidade. Se as pessoas não têm uma convicção clara de valores morais, cedo ou tarde, a solidariedade poderá ser substituída pelo lucro, como ocorreu com o complexo Mondragon – uma experiência de cooperação autogestária, citado por Paul Singer (2000), como o maior complexo cooperativo do mundo, com uma presença enorme na Espanha, onde 40 mil pessoas trabalham. Ele cresceu tanto que os seus membros distanciaram-se uns dos outros. Parece que a solidariedade está em crise ou se dissipando.

Acreditamos no modelo da Economia de Comunhão, pois, conforme foi mostrado nos dez modelos econômicos expostos neste trabalho – Grego, Romano, Feudal, Mercantilista e suas variações, Fisiocrático, Clássico, Marxista, Bolchevista, Keynesiano e Neoliberal – os principais da história e que, indiretamente geraram a Economia de Comunhão, só é possível transformarmos a Economia de Comunhão se antes modificarmos os seus agentes, ou seja, as pessoas. E está é a filosofia da Economia de Comunhão,

Por ter como ponto de partida a alma humana, a Economia de Comunhão mereceu nosso respeito e conquistou nossa lealdade. Da transformação humana teremos um comércio ético e um mundo melhor.

Por outro lado, o mesmo respeito que nutrimos pelos autores da Economia de Comunhão também nos faz prestar atenção ao modelo das redes de comércio, das cooperativas, os agentes da Economia Solidária. A sua dinamicidade pode dar a um novo vigor ao comércio mundial. Porém, acreditamos que é preciso

rever os valores espirituais. Não é possível falar em solidariedade sem ter uma idéia clara do que é o amor.

Neste ponto acreditamos que a Economia Solidária poderia aprender com a Economia de Comunhão. Apesar de posicionarmos-nos pelo modelo da Economia de Comunhão, respeitamos e queremos que a Economia Solidária cresça. Só acreditamos que as duas deveriam atuar mais juntas, pois muito poderiam aprender uma com a outra.

## **2.7 O Direito e a Economia de Comunhão.**

Como legislar sobre um ramo tão novo? Como o direito pode auxiliar a Economia de Comunhão?

Acreditamos que o ponto de partida para o Direito auxiliar a Economia de Comunhão deveria partir dos próprios focolarinos e das empresas que pregam o modelo da Economia de Comunhão. Eles precisam conquistar advogados e promover simpósios convidando profissionais do direito. Como os juristas vão defender a Economia de Comunhão se tão poucos a conhecem?

É necessário que os focolarinos promovam mais o trabalho da Economia de Comunhão. Reconhecemos que a filosofia deles é pautada na humildade, paciência, determinação e trabalho, Mas seria positivo se o trabalho das empresas que adotam os princípios da Economia de Comunhão fosse mais conhecido da população em geral.

É preciso conquistar também os políticos para que estes, em trabalho de equipe com advogados e assessores jurídicos ligados ao projeto Economia de Comunhão construam, elaborem projetos de leis que concedam incentivos fiscais às empresas que tiverem uma postura ética e reconhecida pela federação dos empresários do local onde atuam.

Faz-se necessário premiar a competência, valorizar o esforço daqueles que lutam para transformar o mundo em um lugar melhor.

Além da elaboração de incentivos fiscais, é preciso que os pensadores, os juristas, escrevam defendendo a Economia de Comunhão. Artigos, teses de mestrado e doutorado devem ser elaborados sobre o assunto.

É necessário escrever sobre os sucessos e os fracassos, as experiências boas e más ligadas à Economia de Comunhão. Criatividade gera criatividade.

Outra postura que deve ser adotada é pelos professores de Direito Econômico: Por que não ensinar sobre Economia de Comunhão? As disciplinas de Direito Econômico poderiam ter um momento, uma aula a várias aulas onde a matéria fosse debatida e estudada pelos alunos.

Sei que é ousado e perigoso, em uma matéria como Direito Econômico, falar sobre uma experiência inacabada, que pode produzir resultados ou não. Mas, o primeiro passo para toda mudança é um gesto de fé. Sem uma crença e sem uma pregação sobre o que se acredita, como atrair novos adeptos para a Economia de Comunhão? É preciso difundí-la. E esta tarefa cabe tanto aos professores quanto aos alunos, a qualquer um que queira melhorar o mundo. Por que não ao meio acadêmico, este celeiro de novas idéias?

Com paciência, projetos e pregação a Economia de Comunhão tornar-se-á uma realidade. Por que não oferecer à Economia de Comunhão uma chance de transformar o mundo?

## CONCLUSÃO

Este trabalho foi uma tentativa de responder a uma pergunta que, neste momento difícil da história a todos aflige: Existe esperança para a humanidade? Conseguiremos encontrar um modelo econômico que permita reduzir as desigualdades sociais e gerar mais empregos? Para tanto, decidimos que, inicialmente, faríamos um passeio pela história do pensamento econômico para entendermos porque o mundo se encontra em uma situação tão difícil. Como podemos questionar o presente e sonhar com um futuro melhor se não sabemos como o presente se formou?

Precisávamos conhecer as principais correntes gregas – individualista, intervencionista e socialista – pois elas influenciaram os pensadores que criaram o mundo que conhecemos. Precisávamos ir até ao Império Romano observar as terríveis conseqüências de uma intervenção econômica desenfreada e de uma vida baseada na falsidade e na mentira.

Conhecer o regime descentralizado que o sucedeu – o feudalismo – era essencial, pois, muito do que a Economia de Comunhão prega hoje se originou neste período.

O alerta do acúmulo de metais como fonte geradora de riquezas, concepção chamada mercantilista, que teve variações – as versões espanhola (metalista), francesa (industrialista), inglesa (comercialista), alemã (intervencionista) e fiduciária, deve sempre ser lembrado. A riqueza de uma nação não está na quantidade de metais que ela gera, mas no trabalho que produz riquezas, que melhora a vida de todo um povo e provoca o desenvolvimento.

A concepção fisiocrática da sociedade como um organismo, sujeito a leis e não a experimentalismos, abriu-nos os olhos para o valor da ciência econômica, pois esta foi elevada à categoria científica, deixando de ser um meio laboratório de experiências.

O trabalho foi reconhecido como fonte geradora de riquezas por Adam

Smith, na obra "A riqueza das nações". Se ele errou quanto à distribuição da riqueza, acertou quanto ao valor do trabalho e da necessidade de liberdade para que o comércio florescesse.

O período que o sucedeu, marcado pelos conflitos decorrentes da exploração desumana e brutal dos trabalhadores nas fábricas não poderia passar despercebido. A reação veio de diversas formas. Primeiro através de pensamento dos socialistas utópicos que, por não terem uma visão mais profunda e pragmática, não conseguiram modificar tanto o mundo como desejavam. Foi o levante contra a exploração desenfreada do homem pelo homem, promovido pelos marxistas, que deu início às modificações neste quadro degradante.

Era o período das grandes revoltas na Europa e a possibilidade de reforma social tornou-se real. Marx previa a queda do capitalismo e a ascensão ao poder do proletariado, que se apropriava dos meios de produção gerando um novo regime econômico e político: a ditadura do proletariado. Como ele, milhares também pensavam assim. Só não esperavam que a revolução levasse tanto tempo para ocorrer. De 1848 a 1917, quase setenta anos até a sua eclosão. E veio sob a forma de bolchevismo, uma tempestade que varreu a Europa, a partir da Rússia, que chegou ao poder como consequência de um fenômeno terrível, que a mente humana ainda não conseguiu superar: a guerra. A Primeira Guerra Mundial gerou o cenário propício à ascensão do socialismo na Europa.

Um novo modelo econômico, que quase levou o mundo a uma terceira guerra mundial, de proporções inimagináveis, chegou ao poder. Como consequência dele tivemos o intervencionismo, uma reação ao socialismo, pautada na presença forte do Estado na economia e na formação de monopólios estatais teve início. Tudo para tentar absorver a mão-de-obra que não conseguia empregos e ameaçava tornar-se socialista. O saldo deste movimento foi a geração de um movimento reverso, o neoliberalismo, que prometia, através da diminuição de tamanho da máquina estatal, gerar novos empregos.

E como resultado temos um mundo onde os direitos sociais estão sendo erradicados, o capital financeiro especulativo domina as políticas governamentais e a pobreza é a regra, apesar de tentativas de diminuir o fosso que separa pobres e ricos.

Como falar em Economia de Comunhão sem descrever o cenário que o gerou? Daí a explicação para a parte histórica deste trabalho: era uma preparação para entender a necessidade da Economia de Comunhão. E esta, por si só, não deve ser vista como um milagre ou uma forma prodigiosa que todos os nossos males solucionará. Ela é a constatação de que a principal falha dos regimes econômicos anteriores foi o desprezo da virtude. Não adianta criarmos um sistema produção e distribuição de bens materiais perfeitos, como preconizou Marx e foi tentado na União Soviética, se nós não transformarmos a alma humana.

Não adianta rompermos radicalmente com o passado, se nós desprezarmos a necessidade de paz interior e alegria.

Por outro lado não haverá paz interior e alegria enquanto nós não nos esforçarmos para resolver os males provocados pela concentração de riquezas, de renda e pelo desemprego. É preciso gerar empregos, sim, porém, é necessário modificar o modelo capitalista na sua maior falha: o individualismo exagerado; Ele gera riquezas, deve ser mantido, desde que o homem redescubra os seus valores como indivíduo e membro de uma sociedade. Mudar a empresa é, antes de tudo, mudar o homem que a compõe e esta é a revolução que a Economia de Comunhão propõe. Se nós praticarmos a cultura do “dar” ao invés do tomar, se nós reinvestimos o lucro gerado pela empresa na formação de “homens novos”, no reinvestimento na própria empresa e na caridade conseguiremos, aos poucos, gerar um mundo melhor. Precisamos de um novo modelo que gere desenvolvimento (crescimento econômico qualitativo, que atinja a todos os setores da sociedade). Contudo, não precisamos de leis novas; e sim, de “homens novos” dispostos a aplicar com um renovado senso de justiça social as leis antigas.

Para demonstrar que este modelo é viável procuramos dar testemunho de casos práticos, de experiências no Brasil e no mundo de empresas que adotaram os princípios da Economia de Comunhão e dos resultados obtidos. Ela não é um modelo pronto e acabado, que resolverá todos os problemas, mas uma busca séria por um mundo melhor.

A Economia de Comunhão não deseja destruir o capitalismo, apenas torná-lo mais humano, pois, compreendemos que sem Deus, sem princípios e sem amor nada mudará no mundo.

## BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo : Boitempo Editorial. 2000.

BARBOSA, Cláudio Sampaio. Uma pizzaria diferente. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLIII, n.º 3, p. 8-9, mar. 2001.

\_\_\_\_\_. Uma Cultura para uma nova economia. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLIII, n.º 7, p. 20-22, jul. 2001.

\_\_\_\_\_. Doar as próprias necessidades. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLIII, n.º 5, p. 22 -23, maio 2001.

BARLOCCI, Alberto. Motivos para a esperança. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLIV, n.º 7, p. 17-19, jul. 2002.

BENITES, Marcelo Riella. FEMAQ. Solidariedade e competitividade. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLIII, n.º 8, p. 8-9, ago. 2001.

\_\_\_\_\_. A comunhão como prioridade absoluta. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLIII, n.º 12, p. 18-20, dez. 2001.

BIAGIONI, Maria Chiara. Uma ONG a serviço do mundo novo. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XXXIX, n.º, p. 17-21, jul. 1997.

BONFIM, Darlene Ponciano. Coragem de Inovar. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XXXVII, n.º 1-2, p. 26-27, Jan. /fev. 1995.

BRUM, Argemino J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Petrópolis (RJ)/Ijuí (RS) : Vozes/Editora Unijui, 1999.

COLLET, Luciana; PEIXOTO, Silva. **A coragem de começar**. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLII, n.º 1, p. 18-19, jan./fev. 2000.

COSTA, Rui; ARAÚJO, Vera; BIELA, Adam et alii. **Economia de comunhão**. Projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha. 2. ed. São Paulo : Editora Cidade Nova. 1998.

DAVID, Givan. Um novo agir na economia. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLI, n.º 1-2, p. 26-28, jan.fev./1999.

DUPAS, Gilberto. Uma longa história de crises. **O Povo**, Fortaleza 18 jul. 2002, p. 31.

DUTRA, Artumira. Concentração de renda e especulação geram crise. **O Povo**, Fortaleza, 15 ago. 2002, p. 28.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Duhring**. Nova York : Internacional Publisheis, 1970.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. **Tributação e mudança social**. Rio de Janeiro : Editora Forense, 1981

FARO, José Antônio. ECO-AR: Uma empresa da Economia de Comunhão. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLI, nº 9, p. 24-25, set. 1999.

\_\_\_\_\_. Uma cidade chamada comunhão. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLI, nº 10, ° 21-23, out. 1999.

FERRUCCI, Alberto. Uma economia para o homem. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XL, nº 8, p, 34-35, ago. 1998.

\_\_\_\_\_. No vendaval da crise asiática. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLI, nº 4, p. 25-25, abr. 1999.

\_\_\_\_\_. Um projeto que conquiste espaço público. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLV, nº 5, p. 20-22, maio 2002.

FURTADO, Celso. **A construção interrompida**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

GAIGER, Lucas Inácio. Solidariedade como uma alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, São Paulo, n.º 50, p. 47 – 71, 1998.

GASPAR, Maria do Carmo. O homem em foco. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLII, nº 8, p. 13, ago. 2000.

\_\_\_\_\_. Uma aventura de fé e de unidade. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLI, nº 10, p. 24-25, out. 1999.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. São Paulo : Nova Cultural, 1992

Hugon, Paul. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo : Editora Atlas, 1995.

JORGE NETO, Paulo de Melo. **Economia, academia e a região nordeste**. O Povo, Fortaleza, 4 ago. 2002, p. 29.

KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.) **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis (RJ) : Vozes, 2000.

LAMOUNIER, Bolivar. **O futuro da política na era da globalização**. São Paulo : Fundação Adenauer, 1996.

LUBICH, Chiara. Cidade de Maria. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLI, nº 10, p. 26-27, out. 1999.

\_\_\_\_\_. A economia que nasce no amor. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, p. 19-22. Ano XLIII nº 5. Maio de 2001.

LUCARINI, Lalla. Solidariedade sem limites. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XXXIX, nº 12, p. 24-26, dez, 1997.

LUCAS, Jaime. Mudar o mundo a partir da escola. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLIII, nº 12, p. 20-22, dez. 2001.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes**. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis (RJ) : Vozes, 2000.

MARTINS, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**. O assalto à democracia e ao bem-estar social. 3. ed. São Paulo : Editora Globo, 1998.

MONTEIRO, Manoella. Economia movida à solidariedade. A vez das compras coletivas – Consumo ético, Consumo justo – Local ganha importância na estratégia de inserção. **O Povo**, Fortaleza, 7 jul. 2002, p. 26-27.

MOTTA, João Manoel. Economia de Comunhão – abrindo caminhos. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLIII, nº 5, p. 16-18, maio 2001.

NOGUEIRA, Ana Ivete de Araújo; CORREIA, Everardo Ayres; SOARES, Núbia Lima. **Realidade solidária** – Realidade ou utopia? Fortaleza : Centro de Estudos Sociais Aplicados, UECE, 2000.

OLIVEIRA, Eduardo de. Política de comunhão. Um novo modelo. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLII, nº 3, p. 14-16, mar. 2000.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Mercado e ética. **O Povo**, Fortaleza, 4 ago. 2002, p. 7.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.) **Capitalismo**: da gênese à crise atual. Minas Gerais : Editora UNIMONTES, 1999.

PARMENSE, Pietro. Economia de Comunhão. Um projeto que conquista espaço. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLIV, nº 5, p. 16-17, maio 2002.

PELIGRA, Vittorio. O capital social. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLII, nº 5, p. 20-21, maio 2000.

REICH, Robert B. **O trabalho das nações**. Preparando-nos para o capitalismo do século 21. São Paulo : Editora Educador, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro : Record, 2000.

SCHWAB, Klaus; SAMADIA, Claude. A nova ordem mundial. **Exame**, São Paulo : Abril, 23 nov. 1994.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. **Globalização e desemprego – Diagnóstico e alternativa**. São Paulo : Editora Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. **Economia dos setores populacionais: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis (RJ) : Vozes, 2000.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo : Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Pensadores).

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo : Editora Atlas, 1999.

THURLOW, Lester. **O Futuro do capitalismo: como as forças econômicas de hoje moldaram o mundo de amanhã**. Rio de Janeiro : Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. Por uma Economia de Comunhão. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XLI, nº 11, p. 21-23, nov. 1999.

\_\_\_\_\_. Prosperando contra a correnteza. **Revista Cidade Nova**, Guarulhos (SP) : Editora Parma, ano XXXIX, nº 1-2, p. 24-25, jan./fev. 1997.

ZEBRAL FILHO, Silvério Teles Baeta. **Globalização, desemprego e desigualdade**. Evidências, mitos e desafios do mercado de trabalho brasileiro. Brasília: CRUB, 1997.